

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**TAMIRES SOUZA DIZ**

**TERCEIRO SETOR E SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES ACERCA  
DO TRABALHO NESSE CAMPO PROFISSIONAL**

**VOLTA REDONDA**

**2017**

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**TERCEIRO SETOR E SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES ACERCA  
DO TRABALHO NESSE CAMPO PROFISSIONAL**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social do UniFOA como requisito à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aluna:

Tamires Souza Diz

Orientador:

Prof. M.s: Karin Alves do Amaral Escobar

**VOLTA REDONDA**

**2017**

“Quando você encontra uma razão pra enfrentar algo, encontra também a motivação para chegar ao final”. Aos meus pais e meu irmão, por serem a minha razão e motivação.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me conceder sabedoria e força. Minha gratidão também a todos que me acompanharam e me ajudaram nessa caminhada, familiares; amigos e professores. Especialmente a minha orientadora, por sua dedicação e paciência.

## RESUMO

O estudo em questão tem por objetivo conhecer as reflexões sobre o trabalho profissional do assistente social nas instituições do “terceiro setor”. O surgimento do chamado “terceiro setor” relaciona-se ao contexto de reestruturação produtiva do capital iniciado a partir da década de 1970, e conseqüentemente à retração do papel do Estado no enfrentamento das expressões da “questão social” com a ofensiva neoliberal iniciada nos anos de 1990. Neste contexto observa-se também um crescimento de organizações sociais, em especial as de caráter não-governamental, sem fins lucrativos, entre tantas outras. Estas passaram a executar ações na esfera social e a requisitar o trabalho do Assistente Social. Deste modo o trabalho profissional nesse campo é permeado de desafios na perspectiva de materialização do projeto ético-político, desvinculando-se de práticas conservadoras, filantrópicas e assistencialistas que alteram o significado do seu trabalho técnico-profissional.

**Palavras-chave: Serviço Social; Terceiro Setor; Trabalho Profissional.**

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	6
2 O TERCEIRO SETOR NA CENA .....	9
<b>2.1. Contexto de surgimento do chamado terceiro setor .....</b>	<b>9</b>
<b>2.2 Problematizando o conceito .....</b>	<b>14</b>
3. SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR.....	21
<b>3.1. O significado social da profissão .....</b>	<b>21</b>
<b>3.2. Terceiro setor como espaço sócio-ocupacional da profissão.....</b>	<b>29</b>
4. TENDÊNCIAS PARA O ESPAÇO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DO TERCEIRO SETOR .....	33
<b>4.1. Percurso metodológico .....</b>	<b>33</b>
<b>4.2. Perfil profissional.....</b>	<b>36</b>
<b>4.3 - Atuação dos Assistentes Sociais nas instituições do terceiro setor</b>	<b>41</b>
4.3.1. Requisição institucional .....	41
4.3.2. Objetivos do Serviço Social e atividades executadas pelos profissionais.....	46
4.3.3. Demandas instituintes e seu enfrentamento no âmbito institucional .....	51
<b>4.4 - Desafios para a consolidação do projeto ético-político profissional</b>	<b>53</b>
4.4.1. Tendências para o espaço profissional de atuação do Serviço Social no terceiro setor .....	57
4.4.2. O “terceiro setor” como espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social .....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	65
REFERÊNCIAS .....	69



## 1. INTRODUÇÃO

Podemos identificar muitas mudanças na realidade social brasileira dos últimos anos para cá. Principalmente a partir da *crise* estrutural do capitalismo que emerge em meados da década de 1970, resultando na busca de várias estratégias para restabelecer o seu padrão de acumulação. Neste sentido, destaca-se no processo de reestruturação produtiva, alterações importantes na forma de organização da classe trabalhadora e redimensionamento do papel do Estado frente às políticas sociais sob o ideário neoliberal.

Essas questões que embora tenham tido início no século passado, continuarão refletindo e se intensificando anos mais tarde, ou seja, nos dias atuais. Mesmo com os inúmeros avanços tecnológicos, que poderiam propiciar melhorias nas condições de vida da sociedade, o que iremos observar é o aumento da vulnerabilidade social.

Ainda sob a justificativa de “estamos em crise”, 27 anos depois, o que presenciamos é o processo de desresponsabilização do Estado, a precariedade dos serviços oferecidos pelo mesmo; a mercantilização para aqueles com poder aquisitivo e a refilantropização. Esta fortalecida pelo surgimento do chamado “terceiro setor”, um dos nossos motivadores para a realização desse estudo.

Esses acontecimentos, por sua vez, irão rebater de diversas formas na profissão de Serviço Social. Uma vez que esta, inserida no complexo processo de produção e reprodução das relações sociais, é instrumentalizada pelas políticas sociais, agora precarizadas por conta da nova configuração do Estado. Sendo uma dessas consequências a inserção do profissional no “terceiro setor”. Mas, que espaço é esse? Por que e com quais intenções ele irá desenvolver ações que deveriam ser oferecidas pelo Estado?

Tais inquietações surgiram no campo acadêmico e foram posteriormente fortalecidas pela inserção no campo de estágio, sendo essa uma instituição do “terceiro setor”. Sendo assim, o estudo em questão torna-se relevante por tratar de uma área que vem, cada vez mais, absorvendo as demandas estatais, diante do afastamento

deste. E se expandido como empregador do profissional de Serviço Social, também em decorrência das mudanças do Estado.

De acordo com Alencar (s/d) a reforma se caracterizará por uma retração do Estado na esfera social, com uma clara tendência de privatização e também transferência de serviços sociais para a sociedade civil. E é com o surgimento de novas formas de respostas as expressões da Questão Social que o “terceiro setor” ganhará força.

O Serviço Social, por sua vez, surge nos anos 30, com o avanço estatal na intervenção social, e se caracteriza como uma profissão que está inserida na divisão social e técnica do trabalho, localizada no processo de produção e reprodução das relações sociais. Instrumentalizada pelas políticas sociais, mecanismos do Estado que se encontram precarizadas, a profissão se compromete a atuar sob o prisma do direito.

Assim, devido às transformações da esfera social, principalmente do posicionamento estatal, essas instituições irão se tornar um novo espaço sócioocupacional para o profissional de Serviço Social. Entretanto, essas instituições carregam consigo inúmeras debilidades, na compreensão do que é; o que o compõe e nas condições que essas ações ocorrem. Tendendo a ter essas práticas desenvolvidas sob a prisma da filantropia e do assistencialismo.

Dessa forma, acreditamos que a materialização do projeto ético-político profissional, frente aos pressupostos que envolvem o debate do terceiro despolitizando o conteúdo da Questão Social e suas expressões, se constituirá um desafio para os profissionais de Serviço Social.

Entendemos que esse estudo poderá contribuir academicamente (e teoricamente) ao passo que proporciona uma reflexão crítica acerca da realidade social, dessas instituições e também da prática profissional. E também no quesito prático, ao passo que a reflexão crítica da realidade, se constitui elemento fundamental para o profissional, tanto se pensarmos sobre a matéria prima do trabalho; quanto se pensarmos sua inserção no processo das relações sociais. Poderá contribuir também para a compreensão dessas instituições, bem como para a atuação nestas.

Partindo desse pressuposto, buscaremos conhecer reflexões sobre o trabalho profissional do assistente social nas instituições do “terceiro setor”. Para isso traçamos alguns objetivos específicos: contextualização do chamado “terceiro setor”; a problematização deste termo; mapeamento das instituições que compõem o chamado terceiro setor no município de Volta Redonda, bem como as que possuem o profissional assistente social; traçar um breve perfil profissional dos assistentes sociais; caracterizar o trabalho profissional nesse campo, e identificar os limites e desafios da atuação profissional nesse espaço sócio-ocupacional.

Com isto, por envolver seres humanos, a pesquisa precisou ser submetida à Plataforma Brasil para a avaliação/aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. Sendo autorizado através do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 69471817.9.0000.5237.

Sendo assim, o estudo está estruturado em três capítulos e alguns subitens. No capítulo intitulado “O Terceiro Setor na cena” buscaremos no primeiro momento refletir sobre o surgimento do “terceiro setor”, realizando a sua contextualização desde o processo de reestruturação produtiva dos anos 70 até o momento que essas práticas se intensificam, bem como a problematização desse termo. No capítulo denominado “Serviço Social e Terceiro Setor” falaremos um pouco sobre a profissão, incluindo seu surgimento e as transformações pelas quais passou no decorrer dos anos, tendo como enfoque o significado social que essa detém, apresentando como ocorre a sua aproximação com o “terceiro setor”. Por fim, no capítulo nomeado como “Tendências para o espaço profissional no âmbito do Terceiro Setor”, tendo como base as entrevistas realizadas, traçaremos o perfil profissional dos Assistentes Sociais inseridos nesses espaços e refletiremos sobre a o trabalho profissional nesse campo, os limites e desafios da atuação profissional.

## **2 O TERCEIRO SETOR NA CENA**

### **2.1. Contexto de surgimento do chamado terceiro setor**

Partindo do pressuposto que o contexto sóciohistórico influencia diretamente no que é o terceiro setor, buscaremos através desse tópico analisar o período em que essa temática ganha força. Embora não possamos datar com exatidão, alguns acontecimentos da sociedade acabam por traçar características que favoreçam o seu aparecimento. Sendo assim, destacaremos a realidade social no qual esse está inserido.

O mundo produtivo do capital começa a demonstrar sinais de insuficiência em meados dos anos 70, quando o modo de produção vigente era o denominado taylorista-fordista. Esse, que tinha como principal característica a produção em larga escala, apresenta uma significativa queda na taxa de lucro com o aumento do valor da força de trabalho, conquistado pelos trabalhadores através de reivindicações, como apontam Antunes (2003) e Silva (2011), bem como a queda no índice de consumo. Demonstrando já não ser mais “capaz de manter a dinâmica do processo de acumulação em escala mundial” (ANTUNES, 1999, p.01).

Há quem diga que as raízes dessa crise estavam no poder excessivo dos sindicatos nesse período, como aponta Hayek (s/d, apud ANDERSON, 1995), assim esses processos teriam arrasado os níveis necessários de lucros das empresas. Desencadeando processos inflacionários, que não podiam deixar de acabar em uma crise generalizada das economias do mercado.

A partir disso, visando superar a crise que se instalara e aumentar a taxa de lucro, começa-se a pensar em um novo modelo produtivo com o uso de novas tecnologias e consumo da força de trabalho. Nesse período se destaca o modelo de gestão denominado Toyotismo. Esse padrão, como bem aponta Antunes (1999), diferente do fordismo-taylorismo, identifica novas possibilidades no consumo da força de trabalho humano.

De acordo com Antunes (2003), as transformações ocorridas no mundo produtivo tiveram uma abrangência mundial, todavia, em primeira instância atingiram, sobretudo, os países em desenvolvimento.

Os países pertencentes ao capitalismo central, por possuírem uma base resistente, só foram atingidos posteriormente, fazendo com que os impactos sofridos fossem diferentes daqueles vivenciados pelos países em desenvolvimento.

Assim, se por um lado, os países do capitalismo central suportaram a reorganização do capital com menos danos, por outro, os países em desenvolvimento, que não tinham essa estrutura, acabam por vivenciar a precarização do trabalho e o desemprego (ANTUNES, 2003).

No contexto de superação dessa crise, observamos o surgimento do conceito de flexibilização e, com o Toyotismo, uma produção organizada sob novas ideias: substituição do trabalho dividido e "da linha de montagem pelas ilhas de produção, grupos semiautônomos e malhas de produção" (PAGOTTO, 1960, apud MOTA, 2008, p.29), onde os mecanismos automáticos reduzem a intervenção do homem, fazendo-o perder a centralidade no processo de produção.

Dessa forma, com o avanço da tecnologia e, conseqüentemente, com o aumento do maquinário, têm-se a elevação dos níveis de produtividade. Ao passo que, se produz mais, com menos custos e em menos tempo. Entretanto, observa-se também o aumento da taxa de desemprego.

No que diz respeito a essa nova forma de consumo da força de trabalho humano, percebemos o envolvimento da criação e propagação de uma ideologia colaborativa. Bem como, a ideia do trabalhador polivalente, capaz de exercer funções diferentes. Envolvendo ainda transmitir ao trabalhador a falsa ideia da autonomia. Assim, tornando-o 'submisso' as condições de trabalho oferecidas.

Nesse contexto, as ideias liberais conservadoras, vestidas com uma nova roupagem, agora, denominado como neoliberalismo, ganham espaço. De acordo com Antunes (2007, apud SILVA, 2011) isso se dá como forma de orientar a reorganização

do capital. Anderson (1995) sinaliza que se internaliza a ideia de um Estado forte no controle do dinheiro e com sua capacidade de transpor o poder dos sindicatos (vistos como motivador da crise), todavia, mínimo em todos os gastos sociais.

De acordo com Mota (2008), tais mudanças apresentam novas formas de controle do capital sobre o trabalho, realizando uma transformação intelectual e moral, tendo em vista à criação de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade pelo atual projeto do capital.

Com novas maneiras de controle, socializam-se valores políticos, sociais, éticos e a produção de padrões de comportamentos, que favoreçam as necessidades de transformação, na esfera da produção e na reprodução social. Essas sociabilidades emergentes conectam-se com a necessidade que tem o capital, neste instante, de gerar novas condições de subordinação do trabalho. Ou seja, que possibilite flexibilizar a produção e fortalecer a produtividade do trabalho 'longe' das divergências que sempre permearam a relação entre patrões e empregados.

Esse processo, combinado às mudanças no mercado de trabalho, como por exemplo, a terceirização, "adotados pelas grandes empresas" (CARLEIAL, 1996, apud MOTA, 2008, p. 32) acaba por estimular o aumento de trabalhadores autônomos, sem vínculo formal e de trabalhadores em sua residência. Efetuando refrações nas organizações das classes trabalhadoras, agora, fragilizadas, por conta das condições de trabalho e pela redução do poder sindical.

Assim, esse momento de enfraquecimento foi aproveitado, pelas elites tradicionais, para diminuir os movimentos sociais, afirmando que essas ações não eram modernas. Dessa forma, se nos anos 70/80 as organizações não governamentais (ONGs) eram politizadas, articuladas à partidos e sindicatos, e os movimentos sociais, como bem aponta Gohn (1998), caracterizados por ações de pressão nos aparelhos estatais. Entraram nos anos 90 despreparados, diante da nova estrutura das políticas sociais, agora caracterizadas por "parcerias entre o Estado e entidades da sociedade civil organizada" (GOHN, 1998, p.11).

Nesse ponto observa-se a expansão das ONGS e entidades do Terceiro Setor na ocupação desses espaços, se estruturando em "empresas, autodeterminam-se cidadãos por se apresentarem como sendo sem fins lucrativos" (GOHN, 1998, p.14). Ampliando-se o universo da participação para "campos pouco ou nada politizados" (GOHN, 1998, p.14).

Silva (s/d) sinaliza que, com o enfraquecimento dos movimentos sociais, perde-se a base das lutas classistas, as quais foram motivadores para a conquista dos direitos sociais. Gohn (1998) aponta que, nos anos 90, por conta da diminuição de algumas formas de mobilização da sociedade, muitos analistas passaram a interpretar o tema 'organização' como algo ultrapassado ou como algo que não daria conta de elucidar os problemas atuais. Visto que seria uma concepção organizada das relações sociais, que se encontram desorganizadas, com os sujeitos buscando a diferenciação e não a identidade.

Ressaltamos que conter determinados movimentos da sociedade, com o objetivo de propagar a "alienação nos sujeitos que permanecem desconhecendo e não cobrando os seus direitos" (SILVA, s/d, p.06 e 07) faz parte da ideologia neoliberal. Assim, tais acontecimentos e argumentações não são aleatórios.

É nesse cenário de reorganização do capital, a partir do processo de reestruturação produtiva, marcado pela reversão dos direitos conquistados pelos trabalhadores e pela retomada das ideias liberais que tomamos como ponto de partida para introduzir o debate sobre o terceiro setor.

Visto como "fruto da redemocratização que contribuiu com a proliferação e o amadurecimento de iniciativas da sociedade civil" (AMARAL, 2003, p.36). O terceiro setor, como pontua Amaral (2003) irá ter sua formação e expansão incentivada pelos impulsos associativistas que os movimentos sociais geraram.

Arendt (s/d, apud AMARAL, 2003) acrescenta que alguns movimentos sociais ajudaram a sociedade a ver as possibilidades do agir em coletividade em relação às questões cotidianas. Entretanto, Gohn (1998) ressalta que o associativismo que

predominou no meio urbano derivou de processos de mobilizações pontuais, e não mobilização em massa.

A expansão do denominado terceiro setor, segundo Santos (2007) se deu no mesmo ritmo que as mudanças socioeconômicas no século XX, quando houve uma nítida intensificação do empobrecimento da população; ampliação da violência e do desemprego. Quando como consequência de algumas transformações ocorridas, como, por exemplo, o corte de gastos públicos "em nome do pagamento das dívidas interna e externa passa a exprimir a regulação do mercado sobre o Estado" (SANTOS, 2007, p.126), há a minimização das ações estatais.

De acordo com Santos (2007), embora fortalecidas pela Constituição Federal de 1988, as políticas sociais sofrem um retrocesso quando, como consequência dessas alterações, o Estado tem como opção eximir-se da implementação das políticas sociais.

Nessa abertura, das políticas sociais não efetuadas pelo Estado, que as entidades da sociedade civil, denominadas de Organizações Não-Governamentais ou Terceiro Setor, se instalam. Tendo sua expansão com a regulamentação do terceiro setor para a "execução de políticas públicas" (BEHRING; BOSCHETTI, p. 2007, p.154). Que acontece então durante o processo de reforma do Estado, nos anos de 1990.

Segundo Rodrigues (s/d), essa reforma foi marcada pela racionalização da máquina pública; descentralização; desestatização – em três vertentes: privatização, desregulamentação; e a publicização. De acordo com Behring; Boschetti (2007) o "reformismo" neoliberal argumentava que "o problema estava localizado no Estado, e por isso seria necessário reformá-lo para novas aquisições, corrigindo e reduzindo custos" (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.152). Netto; Braz (2007) apontam que o Estado foi "demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trabalho anacrônico que deveria ser reformado" (NETTO; BRAZ, 2007, p.227).

Montaño (2002) aponta que como saída parcial da crise capitalista, o neoliberalismo visa à remontagem do mercado, diminuindo ou até eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades. Sabemos que, na verdade, no neoliberalismo o Estado tem como característica, a pouca intervenção no

que diz respeito à área social e deve atuar para maior desenvoltura do mercado e priorizar a estabilidade da moeda.

Essa característica da ideologia neoliberal se mantém por trás de uma suposta crise de financiamento, que seria gerada, segundo os neoliberais, pelas “políticas sociais universais, não-contratualistas e constitutivas de direito de cidadania” (MONTAÑO, 2002, p.02).

Dessa maneira, perante as mudanças no campo do trabalho, que trouxeram consigo transformações no campo social, principalmente em países como o Brasil (em desenvolvimento) e diante da realização da reforma do Estado, sob o discurso da crise presente, que levou a diminuição da intervenção estatal. O que observamos são uma série de fatores que não só contribuíram para o surgimento das entidades do terceiro setor, como também provêm o seu fortalecimento.

Assim, o surgimento do Terceiro Setor traz consigo mais do que uma forma ‘alternativa’ para o tratamento das expressões da Questão Social, como justificado pelos neoliberais. Sua aparição vai para além de problemas estatais. Há, por trás de suas ações, a estratégia de transferir atividades que seriam/são dever do Estado. As políticas sociais, principal mecanismo do Estado frente às expressões da Questão Social, tornam-se cada vez mais focalizadas e seletivas diante desse processo de desresponsabilização estatal diante da esfera social.

E são essas questões que nos levarão ao próximo item desse capítulo. Sob a ideia de parcerias e ações menos burocráticas, essas entidades têm, cada vez mais, substituído os órgãos públicos nas respostas as expressões da Questão Social. Mas, afinal, que consequências isso tem trazido para a sociedade?

## **2.2 Problematizando o conceito**

Tomando como ponto de partida a compreensão de que o “terceiro setor” acaba por desenvolver atividades que camuflam um importante papel ideológico na sociedade

capitalista, buscaremos refletir não só o modo como o Estado aproveitase dessa situação como também incentiva tais práticas.

O primeiro ponto a ser destacado está concentrado no principal mecanismo de enfretamento das expressões da Questão Social, as políticas sociais. Estas que, como dissemos são visualizadas como motivadoras da crise estatal, ganharam um novo enfoque.

Por um lado, elas são retiradas paulatinamente da órbita do Estado, sendo privatizadas: transferidas ao mercado e/ou alocadas na sociedade civil. Por sua vez, essas políticas sociais estatais são focalizadas, isto é, dirigidas exclusivamente aos setores portadores de carências pontuais, com necessidades básicas insatisfeitas. Finalmente, elas são também descentralizadas administrativamente; o que implica apenas numa desconcentração financeira e executiva, mantendo uma centralização normativa e política (MONTAÑO, 2002, p.03).

Isso porque, de acordo com os neoliberais, estariam propiciando o esvaziamento de fundos públicos na medida em que estes estariam sendo 'mal aplicados' em "atividades burocratizadas, sem retorno e que estendem a cobertura a toda população indiscriminadamente" (MONTAÑO, 2002, p.02).

O mesmo autor pontua que essas ações, têm como objetivo substituir a condição de direito; o caráter universal; e de igualdade de acesso, das políticas sociais e assistenciais pela modalidade "polifórmica de respostas às necessidades individuais, diferente segundo o poder aquisitivo de cada um" (MONTAÑO, 2002, p. 03). Tais ações não se constituíam direito, mas sim uma atividade voluntária ou um serviço comercial.

Nesse cenário, de predomínio do neoliberalismo, com a transferência de responsabilidade para sociedade, que os direitos sociais são modificados. De um lado em mercadoria - "sendo ofertados para aqueles (as) que por eles podem pagar" (SILVA, s/d, p.05) -, e por outro lado em "ajuda mútua" (SILVA, s/d, p.05).

Dessa maneira, a ação desenvolvida por algumas entidades do "terceiro setor" tendem a acontecer numa concepção despolitizada, tendo em vista que "os direitos

sociais são repassados para a população sobre o prisma da ajuda e solidariedade humana" (SILVA, s/d, p.05).

Outra problemática identificada e que favorece o papel ideológico dessas instituições, está embutida na construção da nomenclatura. Nomeado a partir de uma perspectiva neoliberal que isola a sociedade em setores e desconsidera a totalidade social, esses seriam caracterizados como autossuficientes; autogovernados; como se não sofressem interferências e não se relacionem.

Assim, nesse recorte social: o Estado, como primeiro setor, comportaria os "processos da política formal (deseconomizados)" (MONTAÑO, 2007, p. 134); o mercado, como segundo setor, comportaria a "existência e permanência das questões econômicas (despolitizadas)" (MONTAÑO, 2007, p. 134); por fim, a sociedade civil, chamada de terceiro setor, surgiria para resolver a oposição existente entre os outros dois setores.

Entretanto, ao passo que consideramos, assim como Montañó (2007), que a sociedade civil é quem produz suas instituições, sua existência antecederá qualquer organização. E não apenas essa última essa esfera. Dessa maneira, se o "terceiro setor" é:

(...) identificado como a sociedade civil, e se historicamente, é a sociedade que produz suas instituições, o Estado, o mercado etc., há clara primazia histórica da sociedade civil sobre as demais esferas; o terceiro setor seria na verdade o 'primeiro' (MONTAÑO, 2007, p. 54).

Partindo desse pressuposto, da consideração dos neoliberais de que a sociedade civil resumiria o que é o "terceiro setor", acreditamos ser relevante a discussão sobre a mesma. No que tange à sociedade civil, percebemos que o entendimento sobre as ações que a mesma engloba é transformado com o decorrer dos anos. Conforme Duriguetto (s/d), nos anos 70, por exemplo, as ações da e na sociedade civil eram vistas como forma de resistência a ditadura, assim, positivas se comparadas ao posicionamento do Estado.

A autora ainda pontua que o foco na interação oposicionista entre sociedade civil x Estado, mediada pelos movimentos sociais, fez com que todas as ações fossem saudadas como forma de resistência à ditadura. Evidenciando-se:

(...) seu voluntarismo, seu caráter inovador, sua autonomia e espontaneidade face ao Estado (...) todas as expressões da sociedade civil passaram a ser vistas de uma forma positiva, pois eram entendidas como tudo aquilo que se contrapunha ao Estado, o lado negativo (DURIGUETTO, s/d, p. 88).

Já a década de 1980, marcada por muitas transformações sociais, trará uma nova postura da sociedade civil em relação ao Estado. Principalmente com a Constituição Federal de 1988, que trouxe consigo novas maneiras de “gestão e organização das políticas sociais por meio da garantia da participação da sociedade civil na formulação e no controle das políticas públicas” (DURIGUETTO, s/d, p. 88). Há de se destacar, entre os meios institucionais de participação, os Conselhos de Direito.

Entretanto, foi nesse período, de abrangência no campo da participação social, na entrada dos anos 90, que observamos um forte avanço da ideologia neoliberal. Aproveitando-se dessa inserção no campo da formulação e controle das políticas públicas e utilizando o argumento da necessidade de redefinir as relações entre sociedade civil e Estado, que os neoliberais passam a investir também na participação social na esfera da sociedade civil, como sinaliza Duriguetto (s/d).

Aproveitando-se da ideia de participação social, reconhecidas Constitucionalmente em 1988, para incentivar ações no campo da sociedade civil. Observamos a apropriação e difusão da imagem que se tinha do Estado nos anos 70, demonizando-o, enquanto buscava-se enaltecer as ações desenvolvidas no âmbito da sociedade civil. O momento seria de concentração de força nas entidades do “terceiro setor” e não no enfraquecimento do Estado, salienta Montaño (2007).

Todavia, de acordo com Duriguetto (s/d), diferente das ações dos Conselhos de Direito, não visavam o “controle social na gestão e implementação das políticas sociais” (idem, p.90). A participação social, incentivada e propagada pelos neoliberais, tem

como direção a transferência e imputação da função de bem-estar social às organizações da sociedade civil. E isso se dá mediante as “práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas” (SOARES, 2000, apud DURIGUETTO, s/d, p. 90).

Assim, a sociedade civil visualizada como “terceiro setor” adquire uma função bem específica no projeto neoliberal. Torna-se instrumento para a seguinte estratégia: “desresponsabilização do Estado e do capital com as respostas à Questão Social” (DURIGUETTO, s/d, p. 90). As entidades do “terceiro setor” teriam surgido como “salvador da falência do Estado pela participação e responsabilização da sociedade” (SANTOS, 2007, p.127).

Dessa tendência de desresponsabilização do Estado, justificada pela “reforma”, irá decorrer o “trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais: privatização, focalização/seletividade e descentralização” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 155). Sendo acompanhadas pela desconsideração da Seguridade Social.

A expansão desse trinômio se dá através do “programa de publicização” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.155), a publicização, por sua vez, foi propagada através da “criação das agências executivas e das organizações sociais, bem como a regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.154).

Rodrigues (s/d) aponta, que tal publicização, deve ser vista como uma estratégia “(...) administrativa do governo para conseguir uma melhor utilização de recursos públicos escassos, de forma mais eficiente e eficaz” (RODRIGUES, s/d, p.33). Para Montaño (2002), isso nada mais é do que uma justificativa para a retirada do Estado de suas responsabilidades sociais e a expansão do “terceiro setor”.

Observem as diferentes informações que apareceram no âmbito da sociedade civil no curto tempo que discutimos sobre, essa se constituiu um espaço complexo e, a nosso ver, central da sociedade classista. É em seu meio, a partir das relações sociais, que ocorre os embates dos diferentes projetos societários. Dessa forma, resumi-la no “terceiro setor”, é desconsiderar essas correlações de força e os diversos interesses que se emaranham entre os setores.

Outra problemática está situada na falta de rigor existente na hora de caracterizar este setor e as instituições que o compõe, a terminologia utilizada, “nãoestatal”, direcionaria a criação de uma terceira forma de propriedade, que comporia à esfera do denominado terceiro setor ou sociedade civil: “associações filantrópicas, grupos e organizações comunitárias, ONGS, ações voluntárias e a chamada filantropia empresarial” (DURIGUETTO, s/d, p.90).

De acordo com Montaña (2007), para alguns poucos, as ações não sendo estatais e nem da esfera do mercado seriam integradas ao “terceiro setor”. Por outro lado, a maioria dos autores trabalha com a seguinte ideia: “apenas as manifestações pacíficas, e não de organizações de lutas de maior impacto no enfrentamento” (MONTAÑO, 2007, p. 56).

Os seguimentos que se intitulavam como “intenção progressista” (MONTAÑO, 2002, apud, DURIGUETTO, s/d, p.90) também compartilham desta concepção. E sinalizam que a interação que ocorre no espaço da sociedade civil (terceiro setor) se contropõe ao domínio estatal e mercantil. As relações que se dão nesse espaço seriam marcadas pela fraternidade e solidariedade.

Diferente do contexto histórico dos anos 70, de luta contra a ditadura, quando a oposição entre Estado/Sociedade civil tinha o objetivo de marcar o âmbito “civil” como “espaço dos movimentos populares e da luta antiditatorial, contra o espaço do Estado militarizado” (DURIGUETTO, s/d, p.91). No contexto dos anos 90 em diante, a oposição entre esses setores opera no sentido funcional ao projeto neoliberal:

(...) fortalecer a sociedade civil significa, agora, enfraquecer e diminuir as responsabilidades do Estado (...) bem como enfraquecer os sujeitos e organizações sociais que visam o confronto com a hegemonia do capital (...) pela via da despolitização das lutas das classes subalternas na sociedade civil (DURIGUETTO, s/d, p. 91).

Ao contrário da esfera pública de cidadania, onde se busca através dos espaços a ampliação e consolidação dos direitos. A sociedade civil transformada em “terceiro

setor”, entendida como homogênea e que age na busca de um bem comum, tem como princípio a filantropia. Assim, o que impulsiona o agir social seria a solidariedade. Não a garantia de direitos.

Nesse sentido a dinâmica no que se refere a esfera social é orientada da seguinte maneira: estatal – políticas sociais, com ações “focalizadas, regionalizadas e passíveis de clientelismo” (MONTAÑO, 2012, p. 277); mercantil (empresas) – para a população consumidora “(...) tornando os serviços sociais mercadorias lucrativas” (MONTAÑO, 2012, p. 277); e por fim, o terceiro setor – para aqueles que não são atendidos nos campos anteriores, desenvolve-se uma intervenção filantrópica.

Há quem diga ainda que esse setor teria como características a autonomia e seriam autossuficiente, entretanto ao passo que algumas dessas instituições estabelecem parcerias com o Estado, repassando verba as mesmas, acaba contradizendo essa argumentação. Essas parcerias, por onde perpassam interesses classistas, ocasionam também a legitimação do “esvaziamento dos direitos sociais bem como o recorte das políticas sociais” (SILVA, s/d, p.05).

Assim, o que podemos observar é uma clara busca pela desconstrução da coisa pública, o enfraquecimento do reconhecimento dos cidadãos como pertencentes a uma classe e o enfraquecimento dos direitos da população. Enquanto há um claro apoio à ideia de que com o Estado em crise, a sociedade ao se unir pode conseguir sanar suas necessidades. Sob o prisma da meritocracia, da ajuda-mútua, basta organização para que alcance melhorias.

Entretanto, como pontuamos, ao contrário do que é apresentado pelos neoliberais, defensores das entidades do terceiro setor, a sociedade civil não se constitui como sendo a-classista; homogênea e autônoma. Há, em si, diversas contradições. Dessa forma, a ausência de consideração da totalidade social, tratando a sociedade de forma segmentada; e a utilização de terminologias variadas, que mais confundem do que esclarecem, fortalecem as intenções e estratégias da classe dominante.

### **3. SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR**

#### **3.1. O significado social da profissão**

Neste capítulo buscaremos discutir sobre o significado social da profissão de Serviço Social, compreendendo que a mesma se insere no processo de produção e reprodução das relações sociais. Partimos do pressuposto de que para ter seu significado elucidado faz-se necessário apreender a sua inserção na sociedade. Dessa maneira, faremos um resgate da trajetória sócio histórica da profissão, apresentando sua transformação no decorrer dos anos.

Embora constantemente atrelado apenas ao movimento da Igreja Católica, o surgimento do Serviço Social na década de 1930 tem ligação direta com o momento político e econômico do país, como apontam Freire; Cândido (2013). Marcado pelo avanço do modo de produção capitalista, os anos 30, traz consigo a necessidade do Estado de refletir sobre seu posicionamento frente à sociedade.

Neste contexto é necessário pensar sobre as “condições de reprodução da força de trabalho” (SANTOS, s/d, p.03). Isso porque esse sistema de produção causa e precisa de uma série de dilemas sociais, necessários para sua reprodução. Assim, se até os anos 30 o Estado não tinha um papel tão expressivo sobre essa área, a partir desse avanço do capitalismo, ele passa a ter uma função importante para a manutenção do sistema.

Como sabemos o capitalismo tem como principal objetivo a obtenção de lucro, presente no que denominamos “mais-valia”, para isso não apenas gera como também necessita das desigualdades sociais. Outra característica consiste na divisão de classes, dessa forma a sociedade dividida em classes distintas, fica separada entre os detentores dos meios de produção (dominantes) e aqueles que vendem a sua força de trabalho (dominados).

As desigualdades e também os conflitos produzidos por esse sistema de produção são conhecidas como Questão Social, sendo essa considerada a matéria

prima do trabalho profissional e a explicação da “constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho” (YAZBEK, s/d,p.06), é definida como sendo:

(...) conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva (...) enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada (...) sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam desigualdades e a ela resistem e se opõem. (IAMAMOTO, 2012, p. 28, 29).

Diante disso o Estado passa a ser pressionado, principalmente pelo empresariado, e encarrega-se da “regulação das tensões” (YAZBEK, s/d, p.06).

Ainda que nesse período a “questão social” não tenha sido visualizada e enfrentada como o conceito supracitado, ou seja, como sendo uma condição do sistema de produção, mesmo assim constitui-se como um dos principais motivos para o surgimento da profissão. Isso ocorre porque o Estado ao precisar interferir na reprodução da força de trabalho, passa a exigir um técnico que atue na ‘operação’ “questão social”, como sinaliza Santos (s/d). Com o objetivo de acalmar os atritos sociais da época e/ou “mediar os conflitos sociais” (FREIRE; CÂNDIDO, 2013, p. 352).

Mas, voltemos a inserção da profissão da sociedade. É certo afirmarmos que, ao ser solicitado com o intuito de ‘enquadrar’ a classe trabalhadora ao capitalismo, essa se insere no processo de produção e reprodução das relações sociais. E é a partir desse entendimento que o significado social da profissão começa a ser compreendido.

Yazbek (s/d) apresenta o conceito de reprodução social como essencial para compreender a profissão na sociedade capitalista, tendo como base a teoria marxista, a reprodução social se refere a maneira como as relações sociais são produzidas e também reproduzidas nessa sociedade. Assim,

(...) a reprodução das relações sociais é a reprodução de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade. Ideias que se expressam em práticas

sociais, políticas, culturais, padrões de comportamento e que acabam por permear toda a trama de relações da sociedade (YAZBEK, s/d, p.03).

A inserção da profissão nesse complexo processo, que como afirma Yazbek (s/d) está em constante transformação, implica refleti-lo a partir de dois pontos de vistas: “como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais” (YAZBEK, s/d, p.04) e “como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais (...) que imprimem certa direção social ao exercício profissional” (YAZBEK, s/d, p.04).

Refletir sobre a profissão a partir dessa perspectiva, desses dois ângulos, nos permite compreender as implicações políticas da prática profissional nesse contexto. Yazbek (s/d) sinaliza que o exercício profissional do Assistente Social é inevitavelmente dividido, em polos, pelos interesses das classes sociais. Assim, acaba tanto reproduzindo os “interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho” (YAZBEK, s/d, p.05).

Há ainda outro atributo que se faz presente no significado sóciohistórico da profissão, e se relaciona a característica supracitada, a função pedagógica situada na dimensão interventiva da profissão. Assim, sua direção depende da vinculação com determinado projeto societário. De qualquer modo, Lopes; Abreu; Cardoso (2014) apontam que por meio do exercício dessa função:

(...) a profissão inscreve-se no campo das atividades formadoras da cultura, constituindo-se elemento integrante da dimensão político-ideológica das relações de hegemonia, base em que gesta e desenvolve a própria cultura da profissão (LOPES; ABREU; CARDOSO, 2014, p. 199).

Assim, logo em 1936, surge a primeira escola de Serviço Social, fundada pelo Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS). Como dissemos, impulsionada pelas demandas trazidas pelo modo de produção capitalista, mas também a partir do movimento da Igreja Católica.

Esse órgão, um dos responsáveis pela fundação da primeira escola de Serviço Social, aparece no Brasil no ano de 1932 e foi responsável por fundar cerca de quatro Centros operários. Onde através de suas atividades buscava atrair mulheres operárias, como sinaliza Iamamoto; Carvalho (2009). Tendo como objetivo principal:

(...) promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 169).

É certo que, ao participarem da fundação da Escola de Serviço Social, sendo também influenciado pela doutrina da Igreja Católica, acabam por difundirem seus ideais. A “questão social”, objeto de intervenção da profissão, neste contexto era compreendida como um problema moral e individual, a escola tinha como base a doutrina da Igreja Católica e trabalhava “de forma a potencializar os sujeitos no seu auto-desenvolvimento, demonstrando nesse momento um compromisso com a justiça e liberdade”(SANTOS, s/d, p.03).

A partir dessa relação Igreja Católica x Serviço Social, que a profissão vai fundamentar a formulação dos primeiros objetivos “político-sociais, orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador” (YAZBEK, s/d, p. 08). E é assim, anos mais tarde, que acontece de acordo com Santos (s/d), a formulação do primeiro Código de Ética da profissão, tendo como base a filosofia “humanista-cristã pautada no neotomismo” (SANTOS, s/d, p. 03).

Instituída como serviço público, em 1938, a profissão acaba por adquirir uma característica denominada de “clientelismo político” (SANTOS, s/d, p.03). Vale ressaltar que mesmo instituída como um serviço público a “profissão é tratada como algo hegemônico e a ação profissional é tida como vocação” (SANTOS, s/d, p.04). Assim, vista como uma responsabilidade religiosa e adquirindo funções que davam a profissão

um caráter humanista-assistencialista, acabava por ocultar os motivos fundamentais para existência da “questão social”.

O que podemos observar é que os Assistentes Sociais passam a executar práticas pontuais, como sinaliza Santos (s/d), como, por exemplo, ajuda financeira. De acordo com Freire; Cândido (2013), o objeto de intervenção, dos primeiros profissionais formados, “se configurava a partir da moral, da higiene e da boa conduta” (FREIRE, CÂNDIDO, 2013, p.354). Entretanto, é na medida em que o Estado avança no quesito intervenção social que o Serviço Social avança em sua institucionalização e profissionalização. E não como tecnificação das ações caritativas, como apontam alguns autores.

Nos anos 50, Santos (s/d) destaca que se exigiu uma atualização frente a ampliação das políticas sociais, surgindo a necessidade da atuação do Assistente Social, o qual teria a capacidade teórica e prática para pensar tais políticas. Os profissionais vão se apresentar “como um executor terminal de políticas sociais, intervindo diretamente com a população usuária”, como aponta Netto (1992 apud FREIRE; CÂNDIDO, 2013, p.353).

Assim, permanecendo sob a lógica do controle e o desenvolvimento do capital, uma vez que as políticas sociais tinham como objetivo “integrar os indivíduos e grupos ao mercado de trabalho, desenvolvendo suas potencialidades” (SANTOS, s/d, p. 04). Período em que o desenvolvimentismo se fazia presente no país.

Dessa maneira, é possível observar que, até os anos de 1960 os profissionais não se posicionaram de modo a criticar essas ações, ou até mesmo a sua formação, que tinha forte influência da classe dominante. Sendo sua prática voltada a readequar os sujeitos. Vinculada ao projeto societário da classe dominante, a função pedagógica exercida pelo profissional até esse período reforçava o conservadorismo e tinha como característica um viés de “ajuda”.

Apenas no final dessa década, mas principalmente no início da década de 70, marcada pelo período ditatorial e também pelo processo de reestruturação produtiva, que os profissionais irão:

(...) assumir as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direcionar seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político (YAZBEK, s/d, p.06, 07).

E é quando o processo de reconceituação da profissão se inicia, ganhando força a partir do Congresso da Virada nos anos de 1979, que a profissão começa a ser aproximar da classe trabalhadora. Vale ressaltar que em 1975 há a atualização no Código de Ética da Profissão, afastando-se das características do positivismo.

Mas, retomando, durante o processo de reconceituação três vertentes se destacam na problematização teórica da profissão.

A primeira vertente, denominada perspectiva modernizadora, que têm seu ápice com os documentos de Araxá e Teresópolis, estariam concentrados no aperfeiçoamento das técnicas sociais a serem operacionalizadas, como sinaliza Netto (2009). O mesmo autor irá pontuar que:

(...) no âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais “tradicionais”, não para superá-los ou nega-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil (NETTO, 2009, p.155).

A segunda vertente, denominada reatualização do conservadorismo, como o próprio nome indica, nessa linha de pensamento se concentram em retomar alguns elementos da herança histórica da profissão. Buscariam repor esses elementos:

(...) sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana (NETTO, 2009, p. 157).

Por fim, temos a vertente que tem muitas de suas ideias ligadas ao momento atual da profissão, a denominada intenção de ruptura. Essa que buscou romper com a concepção conservadora da profissão, apresentando uma crítica “sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seis suportes teóricos, metodológicos e ideológicos” (NETTO, 2009, p.159), logo irá se aproximando marxismo.

Essa perspectiva terá destaque no início dos anos 80 trazendo a profissão um “tom” de polêmica, fixando as características de eloquência politizada, como vai sinalizar Netto (2009, p.159 -160):

(...) fixa as características da retórica politizada (com nítidas tendências à partidarização) de vanguardas profissionais de maior incidência na categoria, permeando o que há de mais ressoante na relação entre esta e a sociedade (NETTO, 2009, p.159 -160).

Paralelamente, na década de 1980, é também marcada pelo processo de redemocratização do país. Santos (s/d) sinaliza que esse foi um tempo histórico em que:

(...) há uma luta contra o Estado autoritário, e dos seus reflexos sociais na sociedade com o aumento da pobreza e miséria (...) num debate intensificado sobre as políticas, principalmente no que tange o corte social (SANTOS, s/d, p.08).

Sendo assim, a profissão passa por transformações ao mesmo tempo em que o país também passava por modificações. Um dos maiores destaques desse período é a Constituição Federal de 1988, que trouxe consigo conquistas significativas no quesito social. Principalmente no que diz respeito aos direitos da sociedade.

E é nesse período que observamos a aproximação da profissão com a teoria marxista. Com um projeto ético-político que estará vinculado com a visão de transformação da sociedade, o Serviço Social transformará seu Código de Ética em

1993, esboçando nesse, seu posicionamento crítico e em favor da classe trabalhadora. Assim, a função pedagógica da profissão, tenderá a ter um caráter emancipatório e de resistência, com vista a construção da consciência de classe.

Yazbek (s/d) vai ressaltar que, apesar da profissão não ser de tudo liberal, o Serviço Social contará com algumas características de profissões liberais:

(...) a presença de um Código de Ética, orientando suas ações, o caráter não rotineiro de seu trabalho, a possibilidade de apresentar propostas de intervenção a partir de seus conhecimentos técnicos e finalmente, a Regulamentação legal da profissão (Lei 8662 de 7 de junho de 1993 – que dispõe sobre o exercício profissional, suas competências, atribuições privativas e fóruns que objetivam disciplinar, e defender o exercício da profissão – o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS) (YAZBEK, s/d, p. 11 e 12).

Sendo detentor de uma autonomia relativa, o profissional inserido no processo de compra e venda da força de trabalho, está sujeito aos objetivos e demandas do seu órgão empregador. O Assistente Social necessita de um órgão empregador, que concederá a ele: “recursos materiais, humanos, financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições” (RAICHELIS, 2011, p. 425).

E mais, tem não só a matéria-prima do seu exercício profissional ligado a sociedade capitalista, mas como também sendo instrumentalizado pelas políticas sociais, tende a sofrer interferências diretas e indiretas, com as mudanças na sociedade. Mas principalmente com o posicionamento do Estado frente a esfera social.

Por sua vez, esse órgão empregador, também possui objetivo e planejamentos, que tendem a ser contrários ao direcionamento da profissão. Assim, seu exercício profissional, muitas das vezes, precisará de estratégias para tornar as demandas instituintes em demandas instituídas.

E é em consequências dessas características, que embora o Serviço Social tenha tido avanços significativos no que tange ao seu auto-reconhecimento, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e localizada no processo de produção e

reprodução das relações sociais, continuará a sofrer com as transformações da sociedade capitalista.

O fato é que, se a década de 1990 é marcada pelo avanço do Serviço Social nesses quesitos supracitados, ao mesmo tempo é marcado pelo avanço do projeto neoliberal. Esse, que como já vimos, traz consigo características de um Estado mínimo para o social, abrirá espaço para o Terceiro Setor. E esse, por sua vez, ao ser o receptor da transferência de responsabilidade do Estado, se abrirá como espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social.

### **3.2. Terceiro setor como espaço sócio-ocupacional da profissão**

No tópico anterior buscamos traçar a processo histórico da profissão de Serviço Social, desde o seu surgimento até os dias atuais. Compreendemos a partir de então que o Assistente Social encontra na Questão Social a matéria prima de seu trabalho, desenvolvendo sua prática profissional visando o enfrentamento das múltiplas expressões apresentadas por essa, no âmbito da sociedade capitalista.

Essa visão geral da profissão acaba por nos conceder o entendimento sobre a interferência (in)direta que a profissão sofre com as transformações nas formas de enfrentamento às expressões da Questão Social, bem como com as mudanças das relações sociais. Como podemos observar, na década de 1990, há um forte avanço da ideologia neoliberal no país, trazendo consigo transformações na configuração do Estado, principalmente, no que tange ao seu posicionamento frente a esfera social.

Há de saber que o Estado é, ou ao menos deveria ser o principal ator no que se refere ao enfrentamento da Questão Social. Entretanto, com essa nova configuração, orientado pelos princípios neoliberais, esse passa a ter um posicionamento distinto diante das desigualdades sociais, o que rebate diretamente na profissão do Assistente Social. Como, por exemplo, ocasionando o surgimento de novos espaços ocupacionais.

Compreendendo que esse espaço irá se expandir a partir da década de 1990, buscaremos através desse tópico debater sobre a inserção do Serviço Social na esfera

do Terceiro Setor, tendo em vista que essa aproximação ocorrerá potencializada por dois fatores ligados diretamente ao Estado.

As transformações deste e sua nova configuração, destacando sua postura diante das políticas sociais. Isto por sua vez tornará a matéria-prima da profissão alvo não só das ações estatais, fazendo com que os Assistentes Sociais sejam requisitados nessa esfera.

De acordo com Duarte (2010), diante da desresponsabilização estatal, da debilidade das políticas sociais, compreendida como sendo instrumento do Estado no enfrentamento das expressões da Questão Social, instala-se um novo quadro de respostas a essas desigualdades.

Vamos ao primeiro fator que consideramos ser um dos potencializadores dessa aproximação: transformações do Estado nas repostas às expressões da Questão Social e condução das políticas sociais. Para entendermos como essas mudanças atingem a profissão é de extrema importância sabermos o que elas representam para o Serviço Social, veja bem, serão essas concepções que nos conduzirão, posteriormente, ao nosso objetivo nesse tópico.

Se por um lado há aqueles que acreditam que na profissão de Serviço Social as políticas sociais “constituem a base de sustentação funcional-ocupacional, caracterizando sua funcionalidade, sua legitimidade, criando o espaço de inserção ocupacional” (MONTAÑO, 2007, p. 244).

Por outro, há aqueles que interpretam as Políticas Sociais como sendo um instrumento de trabalho do Assistente Social, assim “o Serviço Social utilizaria, empregaria, como instrumento interventivo, a Política Social. Esta seria um instrumento de intervenção da profissão” (MONTAÑO, 2007, p.245).

Neste sentido, temos aqui dois posicionamentos bem distintos a respeito do significado ou representatividade desses ‘instrumentos’ no âmbito da profissão. Conduzindo-nos a respostas distintas sobre os impactos dessas transformações no âmbito profissional.

Se no primeiro entendimento, da Política Social como base de sustentação da profissão, as transformações no âmbito estatal, tais como a precarização e os recortes destas, trazem impactos diretos na profissão. Como sinaliza Montaño (2007), trazendo rebatimentos:

(...) no tipo e quantidade da demanda dirigida ao profissional, nas condições de trabalho do assistente social, na modalidade interventiva, na eventual tendência ao aumento do desemprego e subemprego profissional, na descaracterização da profissão (MONTAÑO, 2007, p. 246).

No segundo entendimento, a Política Social como um instrumento, as transformações no Estado e destas são tidas como “problemas no espaço profissional, nas suas funções ou no seu instrumental operativo” (MONTAÑO, 2007, p.246). Entendendo a retirada do Estado das suas responsabilidades a medida com que o terceiro setor se desenvolve. Assim, como aponta Montãno (2007):

(...) concebe a saída, em relação a retirada do Estado das duas responsabilidades sociais por via da diminuição/precarização das políticas sociais estatais, a partir do surgimento/desenvolvimento de um terceiro setor que se encarregue das novas respostas às sequelas da “Questão Social” (MONTAÑO, 2007, p.247).

Desta forma, o reordenamento nessa esfera, carregando consigo a ideia das políticas sociais somente como um instrumento da profissão, nada mais é do que o fortalecimento da transferência de serviços sociais por parte do Estado para as entidades do Terceiro Setor. Veja bem, se as políticas sociais não são a base de sustentação da profissão, logo se o Estado falha; se ausenta ou muda as características dessa, basta que os profissionais procurem outro campo de atuação.

Essa concepção torna-se frágil ao refletirmos sobre o contexto sóciohistórico e as características dessa aproximação: Terceiro Setor e Serviço Social. Silva (s/d) vai sinalizar que a aproximação da profissão com esse setor ocorre como consequência do

processo de contra (reforma) do Estado. Ao passo que esse adquire, como dissemos, uma nova configuração no âmbito social.

Com o Terceiro Setor como um meio alternativo de trato as expressões da Questão Social, abre-se espaço para novas maneiras de respostas as mazelas vivenciadas pela população e um novo campo de atuação para o Serviço Social. E é aqui que encontramos o segundo potencializador dessa aproximação: a matériaprima da profissão passa a ser alvo não só das ações estatais, ou empresariais, mas também do Terceiro Setor.

Nesse sentido, a inserção do Serviço Social nas entidades do Terceiro Setor não ocorre de forma espontânea, como uma busca alternativa para a substituição de instrumentos, ou sem consequências importantes no âmbito profissional.

Mas sim, como consequência das transformações no âmbito social que irão repercutir na profissão de diversas maneiras, tais como “no seu espaço ocupacional, nas condições e relações de trabalho, criando novas funções e competências” (ALENCAR, s/d, p. 09).

Nessa perspectiva, buscaremos compreender como tem se dado na prática a inserção dos profissionais nessas esferas. Para que têm sido requisitados? Quais objetivos tem traçado dentro dessas instituições? Sabendo que embora o objetivo dessas organizações esteja concentrado no enfrentamento das expressões da Questão Social, historicamente seu viés tende a ser diferente do proposto no projeto ético-político do Serviço Social. Assim, traremos essas, assim como outras reflexões, envolvendo a temática.

## **4. TENDÊNCIAS PARA O ESPAÇO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DO TERCEIRO SETOR**

### **4.1. Percurso metodológico**

Até aqui foi possível, a partir de um resgate histórico crítico, compreendermos como se deu a expansão do chamado Terceiro Setor; bem como a aproximação da profissão com as entidades que compõe esse campo. A inserção profissional mantém relação com o reordenamento do Estado frente ao âmbito social, ampliando o mercado de trabalho dos Assistentes Sociais, mas também trazendo outros reflexos significativos e que merecem ser debatidos.

Para uma análise ainda mais próxima da realidade, entendemos que seria enriquecedor buscar ouvir dos profissionais de Serviço Social que tem vivido na prática essa modificação no mercado de trabalho, ou seja, como isso se dá no cotidiano dos profissionais inseridos nessas instituições.

Com isto, a pesquisa precisou ser submetida à Plataforma Brasil, sistema eletrônico responsável pelo recebimento dos projetos que envolva seres humanos para a avaliação/aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. O estudo foi autorizado através do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 69471817.9.0000.5237.

Constituindo-se como uma pesquisa de caráter qualitativo que conforme Minayo (2007) refere-se ao estudo do conjunto de fenômenos humanos, como valores e atitudes, que são compreendidos como parte da realidade social. Sendo vivenciados e refletidos de diferentes formas, pelos seres humanos, a depender da realidade em que vivem.

Assim, para a reflexão dessas diferentes percepções da realidade social, utilizamos como instrumento de coleta de dados para a investigação a entrevista. Segundo Minayo (2007), a entrevista é considerada o mecanismo mais utilizado nas pesquisas de campo, pois possibilita a apreensão de elementos da realidade vivenciada por esses profissionais.

Para a autora as entrevistas podem ser classificadas conforme a sua forma de organização, em cinco modalidades distintas. Aqui, escolhemos a entrevista semi-estruturada porque em sua sustentação estão presente perguntas compreendidas como fechadas, ou seja, aquelas mais objetivas; e perguntas abertas possibilitando aos entrevistados abordarem o tema mais amplamente expressando suas opiniões. Assim, “o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2007, p.64).

Deste modo, realizamos pesquisa de campo em 8 (oito) instituições consideradas do âmbito do “Terceiro Setor” no município de Volta Redonda. A escolha destas instituições ocorreu pelo critério de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social e também restrita àquelas que contavam com o trabalho de um Assistente Social.

Utilizando a entrevista semi-estruturada como instrumento, como dissemos, foram entrevistadas ao todo 09 (nove) Assistentes Sociais, sendo que duas destas profissionais possuíam vínculo empregatício em uma mesma instituição. Vale ressaltar que as entrevistas foram previamente agendadas após a explicação sobre os objetivos da pesquisa. As entrevistadas assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participar do estudo.

É importante destacar que das instituições pesquisadas, 6 (seis) possuíam em seu quadro somente um profissional do Serviço Social. Apesar de termos feito a opção metodológica de entrevistar somente um profissional nas demais instituições, em uma delas duas assistentes sociais optaram conceder a entrevista conjuntamente não sendo possível nas análises das questões abertas o tratamento diferenciado dos dados.

Dentre as instituições procuradas duas atuam no campo do acolhimento institucional de pessoas idosas. As demais se dividem em: uma que atua no âmbito da proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; uma instituição que defende direitos dos aposentados e pensionistas do município e região; uma no campo da assistência e defesa de pessoas com deficiência intelectual; uma que age na assistência e atendimento de pessoas com deficiência física; uma que oferece

atendimento a pessoas com Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS); e por fim, uma no atendimento a pessoas com câncer.

Para a realização da análise das entrevistas, do material coletado, escolhemos a análise de conteúdo que “refere-se ao estudo tanto dos conteúdos nas figuras de linguagem, reticências, entrelinhas, quanto dos manifestos” (CAMPOS, 2004, p. 612).

A primeira fase consiste na “pré-exploração do material ou de leituras flutuantes do corpus das entrevistas” (CAMPOS, 2004, p. 613). Nessa etapa o pesquisador irá realizar a leitura do material coletado. Posteriormente, no processo de transcrição das entrevistas, foi possível observar outros elementos das falas que não estavam tão evidentes (CAMPOS, 2004).

Em um segundo momento ocorreu o que Campos (2004) denomina como “seleção das unidades de análise” ou “unidades de significado”. O autor ressalta que existem algumas possibilidades na escolha dos recortes a serem utilizados, mas “percebemos um interesse maior pela análise temática (temas), o que nos leva ao uso de sentenças, frases ou parágrafos como unidades de análise” (CAMPOS, 2004, p. 613). A escolha ocorreu a partir dos objetivos específicos, traçados inicialmente, bem como pela leitura do material coletado nas entrevistas. Trabalhar com a análise temática:

Consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico (BARDIN, 1979, p.105 apud MINAYO, 2007, p.86 e 87).

Por fim, foi realizado o processo denominado como categorização (CAMPOS, 2004, p. 613). Assim, foram agrupadas:

as categorias (...) que abarcam um número variável de temas, segundo seu grau de intimidade ou proximidade, e que possam através de sua análise, exprimirem significados e elaborações importantes que atendam aos objetivos de estudo (CAMPOS, 2004, p. 614).

Essa categorização foi construída a partir das perguntas presentes no segundo momento da pesquisa, quando as entrevistadas responderam as questões abertas e relacionam-se aos objetivos específicos do estudo. Posteriormente à categorização, realizamos a descrição e interpretação dos resultados obtidos, conforme veremos a seguir.

#### **4.2. Perfil profissional**

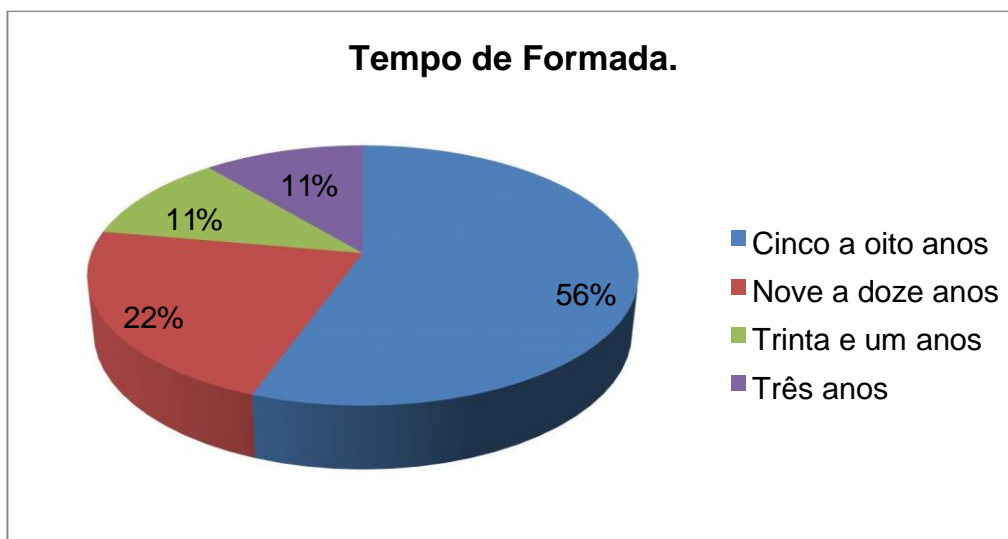
Nosso foco principal consiste na discussão sobre a percepção dos Assistentes Sociais a respeito de algumas questões que colocam no centro do debate a questão do trabalho profissional nesse campo. Entretanto, consideramos importante e, além disso, constitui-se um de nossos objetivos específicos, traçar inicialmente o perfil profissional dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

O primeiro fator que nos chama a atenção é o predomínio do sexo feminino na profissão, todos os profissionais entrevistados eram mulheres. Craveiro; Machado (2011) pontuam que este aspecto pode ocorrer como reflexo do início da profissão, quando eram as mulheres burguesas as principais requisitadas para essa área. Carregada de fortes influências dos preceitos da Igreja Católica, reforçada pelo próprio Estado e pela sociedade, no qual atribuíam à mulher ações educativas, como vocação natural, por exemplo. Além disso, todas eram egressas de graduação em instituições privadas que ofertam ensino presencial situadas no município de Volta Redonda.<sup>1</sup>

No que se refere ao tempo de formação a maioria possui entre cinco a oito anos de formadas, representando um quantitativo de cinco profissionais. Entre nove e doze anos de formada, encontramos duas profissionais. A profissional com maior tempo de formação está graduada há 31 anos. Somente uma possui três anos de formada.

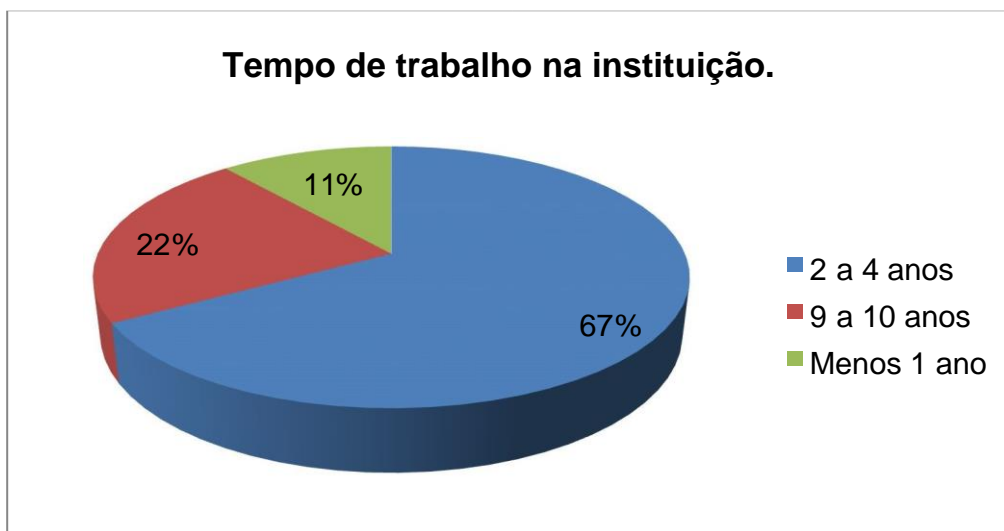
---

<sup>1</sup> Atualmente existem dois cursos presenciais de Serviço Social na cidade, o Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA) e o Centro Universitário Geraldo Di Biasi (UGB). Identificamos também um curso à distância, oferecido pela Universidade Estácio de Sá.



No que se refere à formação em cursos de pós-graduação, identificamos que somente três profissionais o fizeram. Registrando que a maior parte delas optou, ao menos até dado momento, por não realizar essa modalidade de formação continuada. Essa que é orientada pelo projeto ético-político da profissão e agrega conhecimentos, de um modo geral, ao profissional, possibilitando o fortalecimento do projeto profissional.

No que diz respeito ao tempo de trabalho das profissionais nas instituições, a maioria está inserida nos respectivos locais entre 2 a 4 anos, seis profissionais. Duas entre 9 e 10 anos. Destaca-se uma profissional que trabalha a menos de 1 ano.



Um dos pontos importantes para o exercício profissional é o conhecimento da instituição inserida, a compreensão de como as relações são estabelecidas e o projeto societário defendido por tal entidade. Não sendo necessário que esses elementos sejam ditos, as orientações dadas para a realização das atividades, por exemplo, podem possibilitar a identificação desses fatores.

O reconhecimento de questões como essas citadas é essencial para a construção do projeto profissional de trabalho do Serviço Social. Através desse é possível o Assistente Social tecer objetivos no âmbito institucional; registrar os meios que utilizarão para atingi-los, bem como as atividades a serem executadas.

A predominância dos vínculos por Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) se destaca, apenas uma entrevistada trabalha sob o regime denominado Recebido de Pagamento Autônomo (RPA). Entretanto, isso não irá garantir, por exemplo, a vinculação com a instituição com uma carga horária de 30 horas semanais.

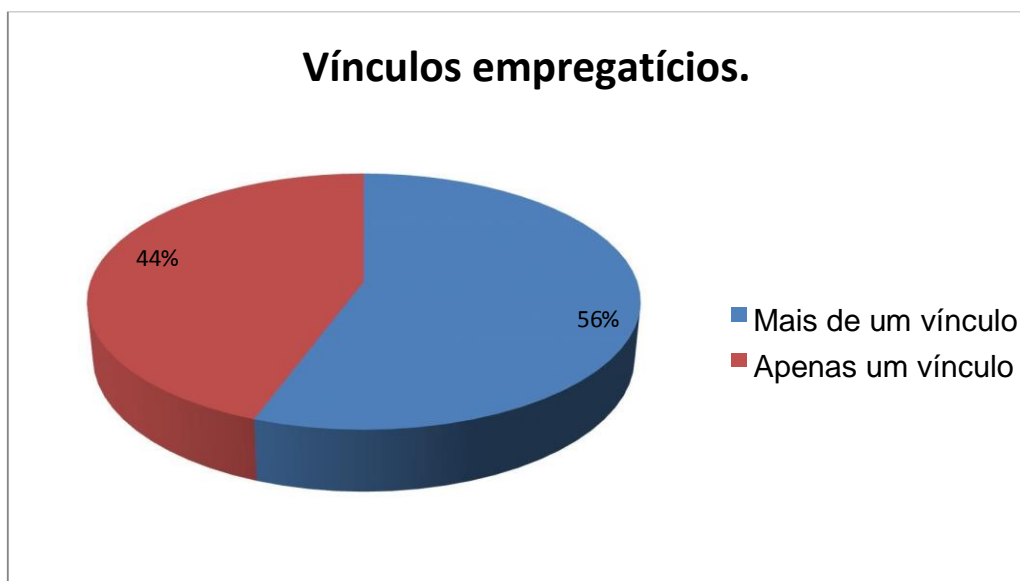
Assim, no que tange a carga horária trabalhada, quatro trabalham 20 horas semanais; três estão entre 12 a 6 horas e duas trabalham 30 horas. Como podemos observar no gráfico a seguir.



Considerando que a vivência no âmbito institucional possibilita a compreensão da lógica institucional, como já dito, o tempo inferior a 6 horas diárias também podem

influenciar nesse quesito. Além disso, estabelecido pela Lei 12.317/2010, a carga horária máxima semanal do profissional de Serviço Social deve ser de 30 horas. Entretanto, observamos que apenas duas instituições cumprem com essa determinação.

Esse descumprimento é caracterizado por Montañó (2007) como um dos principais motivadores do pluriemprego. No geral, a maior parte das entrevistadas, representando um total de cinco, têm mais de um vínculo empregatício. Dessas cinco, apenas uma entrevistada com a carga horária de 30 horas semanais, tem vinculação com outra instituição.



E isso irá refletir em sua renda, visto que, se não tiverem vinculadas a outra instituição a renda tende a se resumir em 2 salários mínimos. Confirmando a constatação de Montañó (2007) que destaca que essa inserção não tende a ser vantajosa para o profissional. Tanto se pensarmos o quesito estabilidade, embora vinculados pela CLT, se comparada aos vínculos por concurso, tornam-se frágeis. Quanto se pensarmos no quesito financeiro.

Entretanto, vale ressaltar, que segundo Montaña (2007) na esfera municipal os salários também são baixos. E de acordo com uma pesquisa organizada pelo CFESS (2005), envolvendo 12 setores diferentes, 40,97% dos profissionais estão inseridos neste o âmbito. Esse setor irá crescer devido ao processo de descentralização das políticas sociais, iniciada nos anos 90.

Essa descentralização poderá contribuir para a redução do gasto público na esfera social, afetando consideravelmente a profissão de Serviço Social, uma vez que há o risco de se reduzir:

a descentralização a uma simples transferência de atribuições e responsabilidades aos Estados e, sobretudo, aos municípios, sem a correspondente transferência de recursos financeiros, humanos e materiais e, principalmente, sem dividir o poder político de tomada de decisão (GIAQUETO, 2010, p.83).

Por fim, temos a grande ausência de estagiários de Serviço Social. Apenas uma entrevistada possui estagiários. Ressaltando que duas dessas profissionais, por trabalharem menos de 10 horas semanais, não são orientadas a terem estagiários. De acordo com o parágrafo único do 3º artigo da Resolução 533 do CFESS de 29 de Setembro de 2008, para cada 10 horas semanais trabalhadas o profissional pode ter um estagiário.

É interessante frisarmos a importância que tem essa troca de informação, tanto para o aluno contribuindo em seu processo de formação, possibilitando à ele o aprendizado sobre as correlações de forças; os desafios presentes na atuação profissional e articulação entre teoria e prática. Quanto para o profissional que poderá através da aproximação com o campo acadêmico, por exemplo, tecer novas reflexões a respeito da sua atuação profissional; sobre a realidade social.

### **4.3 - Atuação dos Assistentes Sociais nas instituições do terceiro setor**

Após esta breve análise do perfil profissional das entrevistadas, buscaremos refletir sobre a ação propriamente dita dos Assistentes Sociais. Para isso dividiremos esse tópico em subitens, nos quais discutiremos assuntos como: requisição da instituição para com o Serviço Social; objetivos traçados pelo Assistente Social, bem como as atividades que este realiza; as demandas instituídas e como as expressões da Questão Social são enfrentadas no âmbito institucional.

#### **4.3.1. Requisição institucional**

No capítulo anterior discutimos sobre o fato do profissional de Serviço Social estar situado no processo de produção e reprodução das relações sociais. Esse fator por si só já torna a atuação do Assistente Social um desafio contínuo. Mas, para, além disso, refletimos sobre a autonomia relativa que o profissional possui. E é esse fator que traz consigo o nosso debate central neste item.

Sabemos que raramente, independente da área de trabalho, a instituição empregadora terá entre seus objetivos a mesma proposta defendida pelo projeto ético-político do Serviço Social. Tendo assim o profissional enfrenta o desafio de lidar com objetivos diferentes impostos pelas instituições empregadoras. Então, afinal, para que os Assistentes Sociais tem sido requisitados nas entidades do Terceiro Setor? O que as instituições têm exigido desses profissionais?

Como vimos, no projeto neoliberal a forma de respostas às necessidades sociais ficam divididas em três esferas, como sinaliza Montaño (2012): no Estado, as políticas sociais tem como característica a focalização e seletividade; no mercado, serviços para os que podem pagar; e no terceiro setor, para aqueles não atendidos nas ações anteriores, sobre o prisma da intervenção filantrópica. E o que isso tem haver com o trabalho do Assistente Social no “terceiro setor”?

Dentre todas as diferenças que podem existir entre os objetivos das entidades do terceiro setor e do Serviço Social, há algo que possuem em comum, embora tendem a visualizar de maneira diferenciadas: os usuários e o atendimento de suas demandas.

Veja bem, para a inserção dos usuários nessas instituições faz-se necessário que ele tenha um determinado perfil. A maioria das profissionais irá destacar que esse perfil é determinado a partir da demanda do usuário, ou seja, se o serviço que ele necessita é oferecido pela instituição esse se tornará perfil para o atendimento.

E é o profissional de Serviço Social, visto como a porta de entrada das instituições e/ou como principal responsável para o acesso aos serviços oferecidos naquele espaço, que buscará através do seu atendimento inserir o usuário na instituição.

Na busca por essa inserção os Assistentes Sociais são chamados a avaliar esses usuários. Citada por sete profissionais, a triagem ou avaliação social, aparece como a principal requisição da instituição para as profissionais. Miotto (2009) irá sinalizar que antes o estudo socioeconômico era orientado pelas instituições, a forma como deveriam ser conduzidos, e com o neoliberalismo encontrou um terreno fértil:

que revigora tanto o ideário de seletividade e merecimento na obtenção de auxílios materiais e de serviços, quanto incentiva o processo de refilantropização e despolitização do tratamento da questão social (YASBEK, 2000 apud MIOTTO, 2009, p.04).

Entretanto, ao passo que a profissão se aproxima das bases marxistas, os estudos passam a ter uma nova função pautada em dois pontos essenciais. Miotto (2009) destaca que o primeiro está ligado a interpretação das demandas apresentadas pelos usuários ao profissional, agora são visualizadas não como problemas individuais. O segundo ponto se refere ao redimensionamento que tem a profissão a partir da perspectiva crítico-dialética ao demandar que as “soluções dos problemas dos sujeitos singulares só se efetivam, de fato, com a transformação das bases de produção das relações sociais” (MIOTTO, 2009, p. 05).

Tal redimensionamento impõe uma nova lógica aos estudos socioeconômicos, e eles passam a ser entendidos como ações significativas no processo de efetivação, garantia e ampliação de direitos fundamentais e no enfrentamento das expressões da questão social. Assim, exige-se a ampliação da ação profissional para além dos sujeitos singulares que serve de subsídio para as respostas coletivas às demandas que são “singulares”. (MIOTO, 2009, p.05).

Se caracterizando ainda como competência profissional:

XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (LEI nº. 8622, 1993).

Duas dessas profissionais ressaltam que essa avaliação é feita por uma equipe interdisciplinar, “a gente acolhe essas famílias, faz uma avaliação interdisciplinar. De cada caso” (ENTREVISTADA 5 e 6). Outra profissional, por sua vez, sinaliza que o primeiro contato, denominado pré-triagem, também é realizado em conjunto com uma equipe multiprofissional e posteriormente se ele for perfil da instituição:

vai para a triagem, onde o serviço social faz toda uma avaliação né? Sócioeconômico da família, entende melhor o contexto familiar até pra que no futuro a gente possa tá ajudando essa família, dentro da necessidade, da demanda que a gente foi, que a priori foi detectada. Porque com o tempo essas necessidades vão se alterando, mudando (ENTREVISTADA 3).

Além disso, três dessas sete relataram que os usuários que chegam são encaminhados por órgãos públicos. Em um dos casos a profissional relata isso como uma condição para a sua inserção “a maioria já vem com o encaminhamento, se não vem, a gente tem que solicitar que seja encaminhado” (ENTREVISTADA 1).

Essa primeira atribuição que tanto pode ser visualizada como benéfica quanto como restritiva, nos dá margem para refletirmos sobre a dimensão investigativa da profissão de Serviço Social.

Essa dimensão não se constitui por pura curiosidade ou como um meio de controle da vida do usuário, mas sim com vistas à viabilização de seus direitos. A aproximação com a realidade social do usuário pode possibilitar a percepção de outras demandas que inicialmente não foram mencionadas.

Tal concepção pode ser utilizada em um nível ainda maior, dentro da instituição, por exemplo, na identificação de uma demanda que vem aparecendo com mais frequência entre os usuários. Podendo ser trabalhada posteriormente em grupos, ou atendimentos individuais. Não no sentido de ajuda como a entrevistada relatou anteriormente “pra que no futuro a gente possa tá ajudando essa família” (ENTREVISTADA3), mas na perspectiva do direito.

Outra requisição citada pelas entrevistadas, confirmando a fala de Silva (2011), é a realização de encaminhamentos. No caso da nossa pesquisa, há predominância dos encaminhamentos, no âmbito institucional.

Mas, pode ocorrer também entre as entidades do próprio terceiro setor, quando é outra instituição que oferece os serviços demandados pelo usuário; e para órgãos públicos, a depender de sua demanda.

Outras atribuições que também aparecem são os trabalhos em equipes multiprofissionais, para além daquele primeiro atendimento, um das entrevistadas sinaliza “o serviço social atualmente, nós temos só uma assistente social, que sou eu (...) o serviço social da o suporte pra três departamentos aqui” (ENTREVISTADA 3).

De fato, um dos princípios do Código de Ética da Profissão consiste na articulação com outras categorias profissionais que no geral buscará o fortalecimento da classe trabalhadora, entretanto a profissional não deixa claro como acontece este trabalho de “suporte”. Apenas relata que um dos grupos irá se desenvolver com “o objetivo de tá aproximando mais a família da instituição”. Deixando uma incógnita sobre o papel do Assistente Social.

O controle do fluxo de atendimento em conjunto com a gestão também é solicitado a uma das profissionais de serviço social,

a instituição além dessa triagem e dessa orientação com o usuário, ela cobra do serviço social também uma orientação pra gestão (...) orientação sobre como está o procedimento de benefício dos usuários daqui, qual o perfil dos usuários que estamos atendendo, por mais que eles sejam a diretoria da unidade, a diretoria são pessoas voluntárias, então eles mudam conforme um período de gestão (ENTREVISTADA 1).

Embora a profissional não pontue sobre, entrará em uma problemática bem recorrente nessas instituições: o voluntariado. Nesse caso, traz à tona a necessidade de estarem compartilhando as informações com vistas à colaboração do entendimento desses indivíduos a respeito dos usuários. Entretanto, podemos ir além, se refletirmos, por exemplo, que o reforço dessas práticas tendem a vir acompanhadas da desvalorização da concepção de direito, das políticas públicas.

O apelo ao voluntariado e à solidariedade pode indicar o risco de que a discussão sobre as políticas sociais se dilua, e o caráter universalizante dos direitos sociais, garantidos constitucionalmente, também se dissipem nesse discurso segundo o qual todos são responsáveis, mas ao mesmo tempo ninguém é responsável (FAGUNDES, 2006, p.16).

Refletimos até aqui sobre as demandas institucionais, buscando em um breve momento traçar as possibilidades de atuação do profissional diante do que é solicitado a ele. E talvez você esteja se questionando “tudo depende do agir profissional ou da direção que ele dá ao seu trabalho”, certo? E a resposta é: não. Não depende unicamente dele. Existem as correlações de força, a intencionalidade diferente por trás das atribuições. Mas, apenas uma entrevistada se atentou a isso.

Todas, sem exceção, nos apresentaram alguma requisição. Como questionado. Todavia, uma delas buscou ir além, trazendo um ponto importante para finalizarmos esse tópico. A profissional relata que “por ser uma instituição filantrópica, eu vejo que há um cunho do assistencialismo” embora “hoje a gente tem uma chefia direta (...) que

entende o trabalho do serviço social, mas nem todos os gestores né (...) entendem qual é o papel do serviço social” (ENTREVISTADA 4).

Dessa forma, a Assistente Social sinaliza que observa que “requer do serviço social o assistencialismo, né. Aquela coisa da doação, doar remédio; doar cesta básica. O que qualquer um poderia fazer” (ENTREVISTADA 4). A requisição em si, como a mesma pontua, não se dá “pela importância do Serviço Social”.

Afinal, a partir de um pensamento lógico e objetivo, podemos concluir que de fato dificilmente as instituições irão contratar o profissional de Serviço Social para que esses desenvolvam ações que, através do seu papel socioeducativo, irão produzir a reflexão crítica acerca da realidade e proporcionar o desenvolvimento da consciência de classe.

Assim, torna-se ainda mais essencial que o Assistente Social reconheça os seus atributos e competências. Para que tendo sua atuação pautada no projeto ético-político da profissão e o foco na viabilização dos direitos dos usuários, não torne a ação profissional mecanizada, tarefaira e, conseqüentemente, reprodutora das ideias da classe dominante.

Acreditamos que entre os fatores que influenciam o destaque feito pela entrevistada, buscando refletir sobre a intencionalidade da requisição, acontece pelo fato da mesma possuir certo contato com o campo acadêmico através dos estagiários, da participação em eventos que objetivam a articulação entre campos de estágio e instituição de ensino. O que pode provocar na mesma uma maior constância em relação à análise da instituição. Além disso, o tempo em que está inserida na mesma também pode contribuir para análise institucional mais a fundo.

#### **4.3.2. Objetivos do Serviço Social e atividades executadas pelos profissionais**

Têm-se como foco a reflexão sobre a realidade vivida por Assistentes Sociais no espaço do “terceiro setor”, para isso, compreender quais são os objetivos traçados por esses e quais atividades eles executam é essencial. Embora já tenhamos refletido

sobre algumas tarefas exercidas pelo Assistente Social, sabemos que a atuação profissional vai para além das demandas institucionais.

Se entre as requisições profissionais mais citadas estava a avaliação social, entre os objetivos do Serviço Social está a orientação e o suporte aos usuários, buscando a viabilização dos direitos. Como orientado pelos princípios do Código de Ética da profissão, buscam a ampliação da cidadania e a defesa intransigente dos direitos.

Embora as entrevistadas tenham compartilhado desse objetivo, três profissionais acabaram por vinculá-lo com a instituição. Por exemplo, uma delas relata “a missão do Serviço Social é a missão da instituição, até... ela é ampla né” (ENTREVISTADA3). Mas, complementa “como a gente faz parte desse processo (...) defender os seus direitos né, educando, promovendo a inclusão social e a melhor qualidade de vida” (ENTREVISTADA 3).

Outras duas sinalizaram que o objetivo do Serviço Social é o mesmo do programa que estão inseridas, pontuando que até mesmo a metodologia já é estabelecida.

Essas constatações acabam por deixar no ar a hipótese da ausência dos projetos de trabalho profissional, seja por opção profissional, seja por este não deter de uma autonomia nesse processo de trabalho, esses que segundo Couto (s/d) irão:

condensar as possibilidades e os limites colocados ao profissional para executar suas tarefas e deve iluminar sua constante avaliação da eficácia de seus instrumentos, técnicas e conhecimentos para atingir as metas propostas, que devem estar articuladas aos elementos presentes no espaço sócio-ocupacional, como também referendarem os compromissos profissionais (COUTO, s/d, p.04).

Uma vez que o profissional de Serviço Social está inserido em contexto contraditório, onde as instituições tendem a fortalecer os ideários neoliberais, a fundamentação da ação profissional, produzindo propostas que ponderem entre a realidade analisada e as atividades a serem executadas, tem grande importância, como sinaliza Juncá (2003).

Através desse o profissional poderá aproximar-se da realidade onde está inserido, inclui-se aqui a instituição (suas demandas; objetivos; relações de poder) e também os usuários. Para que posteriormente, com todo embasamento teórico que o profissional detém, possa traçar estratégias e propostas de trabalho. Como o autor mesmo irá destacar:

precisamos ter clareza em relação ao contexto onde nos inserimos, da mesma forma em que não podemos perder de vista que nosso agir deve estar ancorado em um projeto profissional (JUNCÁ, 2003, p.02).

Os meios utilizados para atingirem tais objetivos são variados, entretanto um dos mais citados são os atendimentos individuais. A partir desse atendimento uma das entrevistadas tocará, de forma indireta, em um ponto que falamos inicialmente: a dimensão investigativa da profissão.

Após falar um pouco sobre como é realizado o atendimento individual, as formalidades necessárias antes e durante para a execução desse processo, bem como o instrumento utilizado (estudo socioeconômico). A profissional irá relatar que:

nessa entrevista a gente vai avaliar a possibilidade dele acessar o benefício que a instituição oferta (...) a partir dessa escuta, dessa entrevista, a gente enquanto Assistente Social vai identificando outras demandas (ENTREVISTADA 4).

Como dissemos, é importante que o profissional esteja atento para que essa identificação ocorra, podendo proporcionar um atendimento mais qualificado. O profissional deve estar atento também para não agir de modo a individualizar as demandas, pautando sua ação no projeto ético-político da profissão.

Buscando através do trabalho socioeducativo, característico da profissão por esta se encontrar situada no processo de produção e reprodução das relações sociais, propiciar aos sujeitos o acesso a informações e o desenvolvimento de reflexões críticas frente a realidade social.

Vale ressaltar que as ações socioeducativas são propostas construídas:

a partir do conhecimento e análise das necessidades postas pela totalidade dos usuários, pelas finalidades dos serviços e também pelas características dos territórios (MIOTO, 2009, p.11).

Esse desenvolvimento de reflexões críticas frente a realidade social em conjunto com o usuário, caracterizará também a categoria de mediador da profissão de Serviço Social, de acordo com Vergara (s/d):

O estudo da categoria mediação nos remete a possibilidade de romper com a ideologia institucional de organicismo e mecanicismo, na qual a instituição funciona segundo um modelo de reprodução com cunho organizacional capitalista, repassador de encaminhamentos e de intervenção mecânica através de políticas sociais “concedidas” (VERGARA, s/d, 03).

Buscando romper com a visualização fragmentada dos usuários e com a imediatividade das ações, estas orientadas pela lógica das instituições, o profissional compreendendo o usuário como ator envolvido na construção de sua história, deve estar comprometido na perspectiva de fortalecer os poderes dos usuários; sua cidadania e autonomia, como apontam Vergara (s/d).

Outra atividade citada, que outrora fora mencionado como uma requisição institucional são os encaminhamentos. Assim, de acordo com a profissional poderá ocorrer:

tanto por um contato telefônico, com o serviço (...) geralmente, eu gosto de fazê-lo por escrito, eu entrego pro usuário né, com o endereço do local, minimamente relatando ali o porquê estou encaminhando aquele usuário (ENTREVISTADA 4).

Constituindo-se um compromisso da profissão, presente no décimo princípio do Código de Ética, “a qualidade dos serviços prestados à população”, bem como a

competência do profissional, determinada pela Lei de Regulamentação da Profissão (nº8662/93) em:

orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos (art 4º, V).

Os atendimentos em grupo, podendo envolver os familiares, são citados por quatro profissionais. Vale ressaltar que alguns desses atendimentos podem ocorrer envolvendo equipes multidisciplinares e/ou interdisciplinares. Entretanto, uma profissional irá chamar a atenção para um ponto um tanto importante, a baixa adesão dos usuários em relação às reuniões com os familiares, por exemplo, ela cita “tem períodos que é bem fraco, depende muito do período (...)” (ENTREVISTADA 1). De acordo com a mesma, “esse ano quando entrei a gente chegou a fazer umas duas vezes, mas foi um pouco mais fraco”, sua comparação se dá com um período anterior.

Considerando que a orientação do Código de Ética sobre a articulação com os outros profissionais, tem como foco principal o fortalecimento da classe trabalhadora, e em um âmbito “micro” o fortalecimento dos usuários, esses grupos muito tem a contribuir para o reconhecimento dos usuários como classe, por exemplo. Para Mito (2009, p.12) “a formação de grupos é altamente recomendável porque permite, por meio da reunião de diferentes sujeitos, a realização do processo educativo de forma coletiva”.

Outras atividades também foram citadas, embora não tenha tido mais desdobramentos sobre a sua importância no exercício profissional alguns instrumentos como relatórios; estudos de caso; pareceres; visitas domiciliares; visitas institucionais; reuniões de equipe e de rede podem contribuir para a aproximação da realidade social daquele usuário, assim como para a viabilização dos direitos deste.

### **4.3.3. Demandas instituintes e seu enfrentamento no âmbito institucional**

Um dos desafios do profissional, que independe do âmbito em que está inserido, se constitui a busca em transformar as demandas instituídas em instituintes. Buscar que as necessidades dos usuários se tornem alvo das ações das instituições em que estão trabalhando. Sabendo disso, buscaremos nesse tópico debater sobre as demandas dos usuários, bem como sobre o enfrentamento das expressões da Questão Social no âmbito das instituições.

Embora as demandas apresentadas sejam variadas, e outras específicas dos serviços oferecidos pelas instituições, algumas serão compartilhadas entre elas. A saber: orientações sobre benefícios, por duas; cesta básica, por três; questões relacionadas a violência ou situação de risco, citada por quatro profissionais; e demandas referentes a saúde, citada por quatro entrevistadas.

Algumas mencionaram demandas mais específicas como reaproximação familiar; outras referentes a patologias neurológicas ou ortopédica; de escola; financeira; de trabalho e necessidade de cuidados especiais.

Como sabemos, todas essas demandas deveriam ser atendidas pelo Estado, sendo determinadas pela Constituição federal de 1988 e se constituírem direito da sociedade. Entretanto, buscamos compreender como elas têm sido absorvidas e respondidas nessas entidades.

As formas de enfrentamento as expressões da Questão Social que apareceram se dividem em dois segmentos: ações individuais ou em grupo. Uma das entrevistadas irá relatar:

algumas respostas a gente consegue dar de imediato né (...) outras a gente precisa de um tempo (...) de discutir entre a equipe de Serviço Social ou (...) com a própria equipe de outros serviços (ENTREVISTADA 4).

As respostas de outras entrevistadas se colocam no grupo da “reflexão com a família e/ou na escuta”. Como podemos observar em um das falas:

a gente procura refletir sobre a violência né? Junto com essa família. Essa família chega e a gente faz a avaliação, conversa (...) orienta e a gente tem um prazo pra avaliar o caso e fazer um relatório (ENTREVISTADAS 5 e 6).

De fato, a dimensão socioeducativa da profissão irá buscar desenvolver uma reflexão crítica sobre a realidade social em que este está inserido. Nesse sentido, embora as profissionais não nos deem indícios sobre o modo que refletem a situação é importante que o profissional esteja atento para que no seu exercício não acabe responsabilização o usuário. Ainda mais por trabalharem com casos “pontuais” que chegam a instituição encaminhados por outro órgãos, corre-se o risco de ao cair nas práticas mecanizadas individualizar as questões.

Através do trabalho com as famílias, elas buscam a desconstrução das demandas que chegam, realizando o processo necessário e encaminhando para o órgão posterior. A partir disso, assim como a família, precisam esperar por respostas mais definitivas. Elas pontuam que por suas atividades necessitem da continuidade de outros órgãos nem sempre obtém as respostas esperadas.

Estas “respostas não esperadas” podem se dar pela ausência de continuidade do trabalho em um curto prazo, levando as vezes meses (ou anos) para serem concretizadas. Outras porque diante do estudo de caso e dos pareceres realizados pelos profissionais, as providências tomadas distanciam-se daquelas orientadas, como as entrevistadas ressaltam. De qualquer modo, essas situações tendem a refletir a precariedade das políticas públicas.

Por fim, duas Assistentes Sociais irão apresentar, por motivos distintos, que tem dificuldade em construir essas respostas. A primeira pontua que “a gente buscou essa construção em grupo, mas a gente não conseguiu ter tantas respostas imediatas” (ENTREVISTADA1). Acabando por buscar as ações individuais. Já a outra irá pontuar

“a gente tem um pouco de dificuldade de construir essas respostas até porque a gente não tem vagas para acolher todos (...) a gente busca parcerias e fortalecimento com a rede através de encaminhamentos, reuniões”. Fora questionada sobre essa relação com a rede funcionar ou não, e a mesma relatou que ainda é necessário avançar mais.

#### **4.4 - Desafios para a consolidação do projeto ético-político profissional**

Neste tópico buscamos refletir sobre a concepção das profissionais a respeito do “terceiro setor” e qual importância desse espaço como campo sociocupacional para o Serviço Social.

As respostas das entrevistadas sobre as dificuldades encontradas para a materialização do projeto ético-político foram as mais diversas. Desde aquelas que mencionaram situações em um nível macrossocietário e outras que afirmaram não encontrar dificuldades para a sua efetivação.

Foi possível identificar que as dificuldades relatadas se relacionam indiretamente e diretamente à precarização das políticas sociais, conforme podemos observar em algumas falas destacadas abaixo:

(...) hoje a gente tá recebendo uma demanda, que ainda se encontra bem mais vulnerável diante da situação social, política, econômica que vive o país. Então a gente encontra esses desafios porque nem sempre a gente consegue dar conta da demanda que chega (...) usuários na busca por serviços que a instituição não oferta, então encaminhamos para órgãos públicos e ainda assim eles não são atendidos (ENTREVISTADA 4).

O desamparo estatal através do sucateamento das políticas sociais combinado com a desvalorização da mão de obra de trabalho e o crescente desemprego tem elevado o número de cidadãos em situação de vulnerabilidade e, também intensificado o quadro daqueles que já vinham sofrendo com as expressões da Questão Social.

Essa realidade contribui para o aumento da procura por amparo nas entidades do “terceiro setor” e/ou com a ausência de repasse de verba para aquelas instituições vistas como “parceiras” do Estado.

Outro elemento que surge nessa transferência do Estado para o “terceiro setor” são as condições em que se dão, pois ao ter seu atendimento inviabilizado na política pública e conseguir sua demanda atendida por estas instituições, muitos usuários confundem a concepção de direito com favor. A desconstrução dessa ideia e o fortalecimento da concepção do direito aparecem como outro desafio.

Como pontua a profissional:

O que eu mais observo, acho que o mais difícil dentro de uma instituição de terceiro setor é você... o confundir do direito como o favor. (...) a gente busca mostrar pra eles, que o que a gente está fazendo aqui é um direito dele, por mais que o setor público não dê uma saúde de qualidade, ele transfere pro terceiro setor (ENTREVISTADA 1).

Sabemos que isso não acontece somente no espaço do terceiro setor, até mesmo em relação ao próprio Estado isso pode ocorrer. Entretanto, as relações estabelecidas nesses espaços do “terceiro setor” tendem a fortalecer essa concepção.

Por fim, as entrevistadas pontuaram sobre questões que referem-se as condições de trabalho para o exercício profissional:

a gente tá em uma sala que a gente normalmente faz a escuta dessas famílias (...) e que trazem relatos muito difíceis de violência né? E é uma sala que a gente não tem uma acústica adequada, que a gente ouve o barulho externo. Então consequentemente quem está lá fora ouve aqui dentro, mas por falta de recursos financeiros, a gente não consegue ter uma estrutura melhor (ENTREVISTADAS 5 e 6<sup>2</sup>).

---

<sup>2</sup> Vale ressaltar que em uma determinada instituição duas profissionais concederam a entrevista conjuntamente.

Contrariando a determinação do Conselho Federal de Serviço Social, consolidada através da resolução nº 493/2006. Entre as características do espaço físico, presentes no 2º artigo, está: “b - recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional”.

Além disso, tais condições comprometem o sigilo profissional, compromisso do Assistente Social com o seu usuário. Orientado também no Código de Ética da Profissão: “Art. 16 O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. (capítulo V)”.

As dificuldades financeiras, que colaboram para a fragilidade nas estruturas desses espaços, também refletirão de outras maneiras, como sinalizam as mesmas profissionais:

A gente está em uma ONG que tem um convênio com o governo do Estado e como é... público e notório a gente está sem repasse, então o programa tinha um carro; motorista; tinha telefone e por falta desse repasse tudo isso é... motorista foi dispensado; o carro foi vendido, a gente perdeu a linha de telefone por falta de pagamento. E tudo isso vai complicando o nosso dia a dia, o nosso fazer profissional e conseqüentemente é... vai ficando mais difícil pra gente manter nosso Código de Ética, né? (...) A gente vai lutando com as armas que a gente tem pra gente poder dar conta de garantir um fazer profissional adequado e dentro daquilo que... do Código de Ética (ENTREVISTADAS 5 e 6).

Como sabemos os profissionais de Serviço Social dependem que as instituições empregadoras forneçam a ele recursos, tanto humano quanto material, para que assim possam desenvolver seu trabalho. Constitui-se direito do profissional: “b. dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional; (CFESS/93, CAPITULO II, art 7º)”. Entretanto, o que observamos através dessa fala é a precarização dos serviços e a ausência de recursos que dificultam o exercício profissional.

Assim, podemos concluir três elementos que se fortalecessem com a retirada do Estado e que tendem a aparecer como obstáculos para a materialização do projeto

ético-político: precarização das políticas sociais; ausência de verba, que influência nas condições de trabalho e a ideia de favor no lugar da noção de direito.

Entretanto, chama atenção a fala de profissionais que afirmaram não vivenciar nenhuma dificuldade na execução do seu trabalho e conseqüentemente na concretização do projeto ético-político profissional.

Mas, ao mesmo tempo em que a profissional afirma não possuir dificuldades faz uma declaração contraditória dizendo que enfrentam “a falta de vagas na instituição e a busca pelo trabalho de rede” (ENTREVISTADA 7).

Em nossa percepção tal relato se constitui como um desafio, levando em consideração que um dos princípios da profissão comprometendo a qualidade do atendimento ofertado à população usuária, a defesa intransigente dos direitos humanos, o exercício de cidadania.

Outra contradição identificada se refere ao fato da profissão ser respeitada e valorizada na instituição, por isso não enfrenta dificuldades em seu dia a dia de trabalho.

Veja bem, não estamos dizendo que todas as profissionais deveriam apresentar dificuldades, entretanto, como dito, a natureza do Serviço Social pressupõe certos desafios.

De fato, o Assistente Social não irá com sua atuação conseguir a viabilização de todos os direitos de todos os usuários. Não podemos ter uma visão messiânica como pontuada por Iamamoto (2012) de achar que salvaremos o mundo. Mas, não é por isso que essas situações não se caracterizem como um desafio.

Por fim, uma profissional ao relatar que não tem problemas para a execução de seu trabalho, pontuará “eu posso sair daqui, pegar o meu carro particular e atravessar lá do outro lado pra saber qual o problema do paciente, porque que não resolveu... Então eu tenho essa autonomia de fazer isso” (ENTREVISTADA 2). Entretanto, a partir de sua fala podemos identificar que a mesma parece não reconhecer a precarização na qual está inserida, acabando por confundir a utilização de meios pessoais como autonomia.

Achamos oportuno neste momento trazer as reflexões de Montano (2007) compreendendo que as políticas sociais se constituem a base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social enquanto espaço de inserção profissional.

O Estado através das políticas sociais foi quem criou o espaço de inserção e intervenção profissional, constituindo assim que se o mercado de trabalho para o Serviço Social enquanto agentes que implementam a política social, atribuindo legitimidade a esses profissionais.

No contexto atual onde as políticas sociais são alteradas em suas orientações e funcionalidade, o Serviço Social tende a sofrer transformações na sua demanda, no seu campo de atuação, na sua modalidade de intervenção e no seu vínculo empregatício.

Portanto, as políticas sociais não são meros instrumentos do trabalho profissional. Pelo contrário os assistentes sociais que são instrumentalizados por ela. Deste modo, a transferência das políticas sociais para o espaço do “terceiro setor”, não implicam somente uma mudança de esfera de oferta de serviços. Mas, significam, sobretudo, a retraída do Estado no trato da Questão Social, reduzindo e precarizando as políticas sociais estatais trazendo rebatimentos na profissão (MONTAÑO, 2007). Repercutindo assim, em vários fatores entre os quais os sinalizados pelas próprias entrevistadas como precarização das políticas sociais; ausência de verba, influenciando nas condições de trabalho e a ideia de favor no lugar da noção de direito.

#### **4.4.1. Tendências para o espaço profissional de atuação do Serviço Social no terceiro setor**

Discutimos sobre as circunstâncias em que o terceiro setor ganha força, período de avanço e intensificação das ideias neoliberais. Na decorrer dos anos de 1990 quando o terceiro setor estava avançando, paralelamente, a profissão de Serviço Social vinha rompendo com as características conservadoras até então fortes no interior da profissão. E é esse ponto que buscaremos discutir aqui as configurações do trabalho profissional neste campo.

Das profissionais entrevistadas quatro identificam práticas assistencialistas no interior da instituição. Vale ressaltar que duas dessas não obtém financiamento do Estado, como pontuam as entrevistadas, mas sinalizam “aqui o Serviço Social tem total autonomia de executar sem esse assistencialismo” (ENTREVISTADA8). “É uma empresa que respeita o espaço de cada profissional” (ENTREVISTADA9).

Uma dessas entrevistadas pontua que não percebe esse assistencialismo por parte dos profissionais, que essa prática vem dos usuários, ocorrendo por conta da visão que a sociedade tem dessas entidades, vejamos sua fala:

as pessoas querem utilizar a instituição pra fazer ajuda ao próximo, a gente não impede (...) acontece de pessoas procurarem e perguntarem ‘você conhece alguma família? *(que possam ajudar)*. É lógico que antes da gente indicar qualquer família, a gente conversa com a família” (ENTREVISTADA 1).

Embora profissional relate que não ocorre assistencialismo na instituição, de maneira indireta, ao fazer esse papel de mediadora entre a família que quer ajudar e aquela que irá receber, acaba participando e não contribuindo para a desconstrução dessa perspectiva. Por outro lado, diante das situações de vulnerabilidade de algumas famílias, necessidades imediatas, como agir?

Outra já sinaliza que este aspecto do assistencialismo vai para além do âmbito institucional. De acordo com a mesma:

Com o desmonte das políticas públicas, com os desmontes de fato da garantia do governo de acesso aos serviços né, aos direitos da população isso fortalece ainda mais esse caráter assistencialista (ENTREVISTADA 4).

Ela ainda acrescenta que “o próprio governo requer não é que o terceiro setor seja o garantidor de direitos, é que ele seja paliativo né, que vem ali de certa forma cobrir o que o governo não faz”.

As outras profissionais resumiram que o trabalho desenvolvido busca a garantia dos direitos e isso não acontece como forma de caridade.

Aqui o Serviço Social é bem focado na questão (...) dos direitos (...) a gente tem todo esse cuidado de não tá passando a mão na cabeça, achando que é coitadinho, que a gente tem que oferecer, a gente oferece as ferramentas que é de direito deles, que a gente conscientiza e tal, mas nada da questão da filantropia (...) tem algumas pessoas que até pensam assim 'a coitadinho', não a gente vai é... tipo (...) a gente não dá o peixe, a gente dá a vara(ENTREVISTADA3).

No entanto, essa ideia presente nas frases “a gente oferece as ferramentas (...)” e “a gente não dá o peixe, a gente dá a vara”, parece se aproximar mais da meritocracia, do “você quer, você consegue” ao invés de ser “é de seu direito”.

A sociedade como um todo tem seus deveres presentes também na Constituição, e isso também deve ser trabalhado com os usuários. Mas de que modo isso tem sido feito? Como se tudo dependesse do sujeito ou levando em consideração que as circunstâncias do país influenciam diretamente nos usuários que tendem a ser atendidos nesses espaços.

Apesar de pontuar sobre o empoderamento do sujeito, sobre a importância de construir essa relação com os usuários, trazendo à tona a questão da crise do Estado e negar as práticas voltadas a filantropia, sua fala parece trazer a tona uma relação de troca de favores, dizendo:

A gente busca né, mão de duas vias. Você vai ganhar, mas você também tem que contribuir, principalmente agora que a gente tá em crise. Tem família que fica sentada ali, 'o que que você pode fazer aqui em prol do seu filho?'. Porque essa instituição se não fosse a família não existiria (ENTREVISTADA 3).

Dessa maneira, percebemos que por vezes a filantropia aparece embutida em alguns discursos, assim como as falas que parecem responsabilizar os indivíduos, como se correspondessem a ideia de “empoderamento”.

#### 4.4.2. O “terceiro setor” como espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social

Após refletirmos acerca do exercício profissional do Assistente Social nessas instituições, compreendemos que apesar das inúmeras controvérsias esse campo se abre como um novo espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social. Tornando-se um espaço importante, em meio às circunstâncias, tanto para o profissional quanto para a própria sociedade. Mas, o que pensam os profissionais inseridos nessa esfera?

Apesar de conterem elementos diferentes, conseguimos observar que as respostas inclinaram-se em três direções: a importância desse campo como mercado de trabalho; a importância de serviços para os usuários e a postura do Estado, que nessa tendência de desresponsabilização, irá imputar determinada importância à esse setor.

De fato, o “Terceiro Setor”, em meio ao avanço neoliberal, abre-se como um espaço alternativo para o profissional de Serviço Social. Contribuindo em uma situação concreta: a necessidade de um emprego. Como as entrevistadas irão pontuar “eu acho que ele é importante porque ele é mais um empregador (...) o Serviço Social ele precisa estar no espaço do terceiro setor por uma questão objetiva que é ter um emprego” (ENTREVISTADA 4) e:

(...) a gente está em uma época que o serviço público não tá conseguindo atender, a gente não está conseguindo entrar por concursos, então assim acho que tem contribuído pra caso de empregabilidade (ENTREVISTADA 7).

Entretanto, sua importância para o Serviço Social vai para além de uma questão imediata, pode contribuir para sua busca pela construção de uma nova ordem societária (princípio presente no Código de Ética da Profissão). Acreditamos que essas instituições se constituem como aparelhos ideológicos, que tendem a fortalecer a classe dominante. Dessa forma, a inserção do profissional nesses espaços pode contribuir para uma luta contra-hegemônica.

A superação da condição de subalternidade requer, para Gramsci, a construção de novos modos de pensar, a elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente, necessária para suplantar o senso comum e tornar as classes subalternas capazes de produzir uma contra-hegemonia (GRAMSCI, s/d, apud YAZBEK, 2014, p.687).

De fato, não reduzimos isso apenas às ações no âmbito institucional. Entretanto, como nosso enfoque aqui consiste na reflexão sobre a atuação nesses espaços, acreditamos que a dimensão política e socioeducativa da profissão ao estar inserida no processo de produção e reprodução das relações poderão caminhar nessa direção. Com base nas concepções de Gramsci, Mioto (2009) sinaliza:

é possível dizer que as ações socioeducativas, realizadas no âmbito dos processos socioassistenciais criam condições para que ele elabore, de maneira crítica e consciente, sua própria concepção de mundo e que participe ativamente na produção da história do mundo construindo uma nova cultura (MIOTO, 2009, p.14).

Vale ressaltar que essa busca, fortalecida através do contato Serviço Social e usuário, também se constitui importante para o usuário. De maneira que o profissional ao buscar:

provocar uma reflexão crítica do usuário, que vai fazer o usuário compreender em que contexto que a gente vive (...) o porque que ele estava vivendo aquilo, porque que ele está trazendo aquela demanda. O usuário entender que aquilo não é um problema individual dele, que não é uma culpa dele (ENTREVISTADA 4).

Trará a ele uma percepção mais crítica da sua realidade social. E isso, essa construção progressiva desde uma situação micro, visando uma construção macro, que ocorre no dia a dia, é influenciada por outro fator destacado pela profissional. Ela reflete que essa inserção é também importante por “uma questão também né, de contribuição enquanto Serviço Social pra modificar aquela... aquele requerer da instituição para o Serviço Social que muitas vezes é a caridade” (ENTREVISTADA 4).

Compreendo que sua caminhada para alcançar esse princípio, como falamos, começa no dia a dia, assim quanto mais o Assistente Social vai conquistando espaço para a execução de seu trabalho, mais esse processo irá se fortalecer.

Essas entidades serão consideradas importantes também por conta do seu público-alvo. Assim como para o Serviço Social, sua importância para a sociedade está situada em um nível bem objetivo, nesse caso, a busca por algum serviço que: nem foi atendido pelo Estado e nem foi possível acessar pelo setor privado.

As profissionais pontuam “é um espaço importante para responder as demandas da população (...) entretanto, o ideal seria o Estado a responder essas demandas e não transferi-las para esse setor” (ENTREVISTADA 9); isso aqui é fundamental pra vida dos pacientes” (ENTREVISTADA 2).

é interessante, é, porque se não existisse esse terceiro setor eu não sei o que seria do nosso assistido. Mas o governo teria que se apropriar mais desse espaço, porque isso aqui é dele né, então essas entidades surgiram para tampar buraco. Quando na verdade esse tapa buraco acabou tomando pra si toda essa responsabilidade (ENTREVISTADA 3).

A instituição apresenta uma estrutura muito boa. A diferença é que as vezes o setor público transfere financeiramente pra instituição, ela apresenta a estrutura, estruturas que poderia ter no setor público. Hoje tem, quando não conseguimos atender aqui, ou as vezes demora pra chamar, a gente faz parcerias com o estádio, que é uma unidade pública, que tem a falowup, outras vertentes de atendimento, mas não deixa de dar esse suporte pra eles (ENTREVISTADA 1).

Embora não desconsideremos a importância objetiva que essas instituições têm, tais constatações (em sua maioria) trouxeram consigo o fator “desresponsabilização Estatal”, ainda que não citada diretamente, através das falas podemos constatar que embora importante, o “terceiro setor”, nada mais é do que um paliativo diante a retirada do Estado de suas responsabilidades. Um compensatório transvestido de solução.

mas assim o ideal não era que existisse né, essas entidades do terceiro setor, que a gente acaba absorvendo a demanda e fazendo o papel do governo, do

Estado né, no caso (...) o Estado ele passava uma contrapartida pras entidades não-governamentais né, e de repente com a crise, parou. Mas eles não abriram portas pra esses assistidos irem serem atendidos (...) porque eles também não tem profissional pra suprir as nossas demandas (ENTREVISTADA 3).

(...) se a gente pensar hoje, aqui, na nossa cidade é a única instituição que realiza né? Esse trabalho (...) se existe a ONG, se ela tá fazendo um trabalho, obviamente é por que o Estado se ausentou nesse momento desse trabalho (ENTREVISTADA 5e 6).

Por mais que essas entidades sejam concebidas pelas entrevistadas como espaços importantes de atuação do profissional, é possível perceber em seus discursos que as mesmas sinalizam outros campos profissionais como melhor forma de inserção profissional.

Nem mesmo a teoria, ou argumento utilizado pelos neoliberais, de que estas se constituem uma “parceira” do Estado não se sustenta ao passo que vemos o repasse financeiro ser negligenciado e essas instituições serem as únicas a executarem determinados tipos de serviços.

Diante da ausência do Estado, nesse repasse financeiro, a profissional irá pontuar:

Então a gente tá correndo atrás justamente pra não fechar, não só a instituição, acho que os outros setores também. Fazendo rifa, baile, feijoada, noite de caldos, pra tá arrecadando fundos e manter a instituição de portas abertas (ENTREVISTADA 3).

Isso não se constitui competência da sociedade, muito menos dos profissionais. Percebam como o apelo da solidariedade pode ganhar força, e de fato tem ganhado, através de detalhes e acabam atingindo aqueles que teoricamente portariam um posicionamento crítico a respeito da realidade em que está inserido.

Assim, fica o questionamento, em que perspectivas essas ações tem sido realizadas? Embora a profissional não relate diretamente, através de sua fala supomos que essas atividades, ao buscarem o apelo das famílias, estariam reforçando uma ideia de troca de favores.

E aí tem família, como eu estava falando, é super importante o serviço social está fazendo esse papel de esclarecimento e informação que a gente faz, porque tem família que acha que é obrigação da instituição oferecer esse serviço e não é, tipo assim, eles acham que é. Mas é do governo, só que o governo não faz aí a instituição faz, 'eu não vou correr atrás porque esse problema... a instituição é obrigada a dar' e não é. É o papel do governo. Então assim, a gente acabou tomando pra si, algo que não seria 100% nosso. Seria uma parceria, mas na verdade a gente não é um parceiro (ENTREVISTADA 3).

De fato, concordamos com sua reflexão ao dizer que essa obrigação é do Estado e essa percepção deve ser compartilhada com a população. Principalmente os usuários desses serviços. Entretanto, discordamos quando pontua que deveria haver tal parceria. Sabemos que os usuários, assim como toda a sociedade, tem obrigações e deveres, mas esses serviços garantidos por lei e compreendidos como sendo direito, deveriam ser oferecidos à todos.

Além disso, a busca pela substituição da ideia “é obrigação do terceiro setor” pela “é obrigação do Estado” seria um passo importante. Não refletindo de maneira a criticar a postura dos usuários quando o próprio sistema busca desconstruir neles a responsabilidade do Estado, mas com vista a ampliação da cidadania. É importante que o Assistente Social tenha sempre um olhar crítico para se distanciar desse viés de solidariedade e assistencialismo em sua prática profissional.

No geral, o que podemos observar é que essas entidades carregam consigo uma importância relevante para todos os setores. Mas, carregam elementos que precisam ter um olhar crítico e também serem problematizados. Para o Serviço Social, por exemplo, há o acréscimo no mercado empregatício. Por outro lado, há a redução de vínculos mais seguros. Para a população mais uma possibilidade de atendimento, devido à escassez estatal e a ausência financeira para pagar os serviços. Por outro, a não garantia desse como direito contribui para que o cancelamento de tais serviços sem demais explicações. Já para o Estado essa se constitui um tanto vantajosa, contribuindo para sua desreponsabilização e para a manutenção do sistema vigente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos a partir deste estudo refletir acerca do trabalho profissional do Serviço Social nas instituições que integram o denominado “terceiro setor”. Para isso foi necessário primeiro, discutir sobre o surgimento e a funcionalidade que estas entidades adquirem na sociedade capitalista. Assim como, sobre o surgimento e a inserção da profissão de Serviço Social na sociedade, para que pudéssemos compreender como se dá a aproximação desta com essas instituições.

A partir dessas reflexões foi possível compreendermos que estas instituições, longe de ser apenas uma saída alternativa ou espaços menos burocráticos que cobririam o Estado devido à “crise”, irão, na verdade, adquirir uma função importante e específica na sociedade capitalista. Fortalecendo a desresponsabilização do Estado, através da realização de atividades que deveriam ser realizadas por este; e ao atuar, em sua maioria, na perspectiva da solidariedade, buscando apaziguar os conflitos sociais.

Tais transformações, por sua vez, trouxeram consequências significativas para a profissão de Serviço Social. Esta que, como vimos, surge com o avanço da intervenção estatal na sociedade, inicialmente sob a perspectiva da regulação e controle social. Estabelecida assim em um campo um tanto complexo e contraditório: a produção e reprodução das relações sociais.

Esse caráter regulador deu lugar a uma perspectiva crítica, e agora o profissional busca na sua atuação viabilizar e fortalecer os direitos da classe trabalhadora. Dessa maneira, encontra-se, ao menos teoricamente, na “contramão” daquilo que é pregado pelo Estado e seus aparelhos ideológicos.

Entretanto, como refletimos isso não retira a necessidade da profissão em possuir um órgão empregador. O que trouxe/trará dificuldades consideráveis para a materialização do seu projeto ético-político. Sendo assim, foi possível observarmos que as transformações do Estado, principalmente a partir da “reforma”, intensificaram/intensificarão essas dificuldades.

Uma dessas consequências se dá pelo fato da profissão ser instrumentalizada pelas políticas sociais, assim, as mudanças destas ocasionam rebatimentos consideráveis no cerne da profissão. E foi o que ocorreu devido a precarização das políticas sociais, quando a matéria-prima do seu trabalho torna-se alvo de ações de outros espaços.

Entre essas ações, estão aquelas desenvolvidas pelo denominado “terceiro setor”. E é em decorrência dessas transformações, como discutimos, que essas entidades se tornaram um espaço sócio-ocupacional da profissão. Dessa maneira, através da pesquisa de campo foi possível compreendermos alguns pontos sobre como tem se dado essa inserção.

No que diz respeito a atuação profissional, quando o assunto é a requisição dessas instituições, observamos uma tendência a tarefas pontuais. Como, por exemplo, a avaliação na perspectiva de inserção desses usuários nas instituições. Apenas uma profissional se posicionou de maneira crítica a respeito disso. O que consideramos ser um problema, uma vez que o profissional, ao não refletir sobre o que lhe é estabelecido, correrá o risco de reproduzir as ideias institucionais. Conseqüentemente enfraquecerá a classe com a qual se comprometeu em seu projeto ético-político.

E é o que parece ocorrer quando questionamos a respeito dos objetivos da profissão nestes espaços, embora todas tenham destacado que o Serviço Social busca a viabilização dos direitos dos usuários, algumas delas acabam vinculando-o a entidade. Ou seja, a instituição e/ou o programa compartilha desse interesse com a profissão. O que nos dá margem para duvidar da existência de projetos de trabalho que orientem a atuação profissional e mais, para questionar a respeito da perspectiva em que as atividades serão desenvolvidas.

A respeito dessas atividades, a maioria ressaltou os atendimentos individuais, fortalecendo nossa concepção a respeito das tarefas pontuais. Apesar de proporcionarem um contato mais próximo com a realidade do usuário, a não compreensão crítica da realidade social, poderá ocasionar a culpabilização e individualização das demandas. Como foi possível observar através de algumas falas.

As intervenções em grupo também foram uma atividade citada, ocorrendo em alguns casos em equipes multiprofissionais e interdisciplinares. Articulação importante na perspectiva de fortalecimento da luta pela viabilização dos direitos dos usuários. E que, embora não citado, também fortalece a necessidade e importância do trabalho profissional, bem como da compreensão sobre suas atribuições e competências.

Os procedimentos individuais voltaram a aparecer, e se destacar, quando o assunto foi às formas de enfrentamento das expressões da Questão Social. A partir dessas atividades buscam trabalhar a reflexão a respeito das demandas e fazem os encaminhamentos necessários.

No que diz respeito às dificuldades encontradas, para a materialização do projeto ético-político, lembrando que a profissão encontra-se em um campo de relações contraditórias e que isso por si só já traz dificuldades à ele, há quem declare não encontrar dificuldades. Esta constatação, por sua vez, se apresentará atrelada a ideia de que “a profissão é respeitada” ou “a instituição nos dá toda autonomia”. Por outro lado, aquelas que relataram encontrar dificuldades, em sua maioria irão atrelar estas como resultados da precariedade das políticas sociais. Essa precariedade rebaterá nas instituições de diversas formas, mas destaca-se a fragilidade dos espaços e a ausência de mecanismos que contribuam para a realização de um trabalho qualificado.

No que tange a identificação de práticas assistencialistas, sendo esta historicamente uma das marca dessas instituições, algumas profissionais relataram que não ocorre na instituição; outras relataram que identificam, mas que o Serviço Social tem autonomia para agir longe desse viés. Entretanto, algumas falas acabaram transmitindo uma ideia diferente disso.

Ao falarmos da importância desses espaços foi possível observarmos que a maioria se posicionou de maneira crítica. Uma vez que ao citarem um motivo que torna essas instituições importantes, trouxeram como contraponto a percepção de que estas não são ideias, isto é, que o ideal seria o posicionamento do Estado frente a essas demandas. Ou seja, ele que teria de desenvolver ações na perspectiva de responder as expressões da Questão Social.

De maneira geral, através desse estudo, foi possível observarmos que embora esses espaços tenham uma importância objetiva para os usuários e profissionais, trará consigo inúmeras complicações direitas e indiretas para a atuação profissional na perspectiva do direito. Uma vez que foi identificada uma tendência de redução do trabalho profissional em ações pontuais e individuais.

Assim, fazem-se necessários avanços na busca pela coletivização das demandas; na não redução da ação profissional a tarefas pontuais e individuais; na elaboração de projetos de trabalho que direcionem a atuação do profissional; e no posicionamento crítico acerca da realidade social em um nível macrossocial e também a partir das instituições nas quais os profissionais estão inseridos.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica. **O trabalho do Assistente Social nas organizações privadas não lucrativas**. Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

AMARAL, Ana. **Terceiro setor e políticas públicas**. Serviço Público, nº 2. 2003. Link: < <http://oaji.net/articles/2015/1978-1432648076.pdf> > Data de acesso: 11 de Abril de 2017.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In: SADER, E; GENTILI, P (orgs)*. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. (pdf).

ANTUNES, Ricardo. **O mundo precarizado do trabalho e seus significados**. Cad. Psicol. Soc. Trab. v.2. São Paulo. Dez. 1999.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2003.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

CFESS. **Código de Ética da Profissão de Serviço Social**. 1993.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8662, de Regulamentação da Profissão.** 7 de junho de 1993.

\_\_\_\_\_. (org.). **Assistentes Sociais no Brasil:** elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 533.** 2008. Link: <  
<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

CAMPOS, Claudinei José. **Método de análise de conteúdo:** ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Rev. Bras. Enferm, Brasília (DF) 2004 set/out. Link: < <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>> Acesso em: 30 de outubro de 2017.

CRAVEIRO, Adriéli Volpato; MACHADO, Jéssica Gomes do Vale Cabrerisso. **A predominância do sexo feminino na profissão do Serviço Social:** uma discussão em torno desta questão. Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011. Link: <  
<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/jessica.pdf>>. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

COUTO, Berenice Rojas. **Formulação de projeto de trabalho profissional.** Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Link: <  
<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/429f4p9h466yISR97U4f.pdf>> Acesso em: 01 de novembro de 2017.

DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento. **Cotidiano profissional do Assistente Social: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGS.** Textos e Contextos (Porto Alegre). V. 9, n. 1, p. 66-76. Jan/jun. 2010.

FAGUNDES, Helenara Silveira. **O voluntariado, a solidariedade e as políticas sociais.** Revista Virtual Textos & Contextos, nº 6, dez. 2006.

FREIRE, Abraão dos Santos; CÂNDIDO, Sandra da Silva. **Uma análise da origem do Serviço Social no Brasil.** Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira. Ano VI – nº 08, setembro 2013 – ISSN – 1983-1285.

GIAQUETO, Adriana. **A descentralização e a intersectorialidade na política de Assistência Social.** Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 10, Dez. 2010.

GOHN, M. G. O novo associativismo e o terceiro setor. *In: Serviço Social & Sociedade.* Nº 58. 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 23ª ed. São Paulo: Cortez. 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela; DE CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 26ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

JUNCA, Denise Chrysóstomo de Moura. **Projetos de intervenção do Serviço Social frente a atual conjuntura.** 2003

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 26º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Estudos socioeconômicos.** Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e família.** Serviço Social: direito sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MONTAÑO, Carlos. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”.** Revista Lutas Sociais, NEILS/PUC-SP, São Paulo: Ed. Pulsar, n. 8, p. 53-64, 2002. Link: [http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v8\\_carlos\\_montano.pdf](http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf)> Acesso em: 7 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Terceiro Setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo. Nº110. p.270-287, abr./jun. 2012.

MOTA, Ana Elizabete; DO AMARAL, A.S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A.E (org.). **A nova fábrica de consensos**.

4º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 3º ed. São Paulo: Cortez. 2007.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós64. 14º ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RAICHELIS, Raques. O Assistente Social como trabalhador assalariado: desafios frente as violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, nº 107, p. 420-437. Jul/Set. 2011.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. **Demandas sociais versus crise de financiamento**: o papel do terceiro setor no Brasil. Rio de Janeiro: 1998. Disponível em: < <http://www.estrategiasocial.com.br/downloads/artigo-rap.pdf>>. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

SANTOS, Sandra Neres. Serviço Social: **Apropriação da Teoria Social Marxista e Formação Profissional Crítica**. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos e para o Serviço Social. Cress, 8º região. BH, 7 até 9 de junho.

SANTOS, Vera Núbia. Terceiro Setor no Serviço Social brasileiro: aproximações ao debate. **Serviço Social & Sociedade**. 2007.

SILVA, Kleylenda Linhares da. **Reestruturação do capital, mudanças no mundo do trabalho e os rebatimentos para o Serviço Social**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís/Maranhão. 23 a 26 de Agosto, 2011.

VERGARA, Eva Maria Bitencourt. O significado da categoria mediação no Serviço Social. **Seminário Nacional: Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Link < <http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Assistencia%20Social/eixo3/98evavergara.pdf>> Acesso: 06 de Novembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Desafios contemporâneos acerca do terceiro setor e serviço social: entre o novo trato da questão social e a negação da solidariedade de classe**. Link: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo12.pdf>. Acesso: 22 de Agosto de 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. **O significado sócio-histórico da profissão**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014.